



Prefeitura Municipal de Serrana - SP

Rua Tancredo de Almeida Neves, 176 - CEP 14.150-000
www.serrana.sp.gov.br e-mail info@serrana.sp.gov.br Telefone (16) 3987-9244

OFÍCIO S.G. Nº 151/2022 – Gabinete do Prefeito.

Serrana, 11 de agosto de 2022.

Em atenção ao Ofício CMS nº 174/2022, o qual versa sobre informações acerca do Projeto de Lei nº 29, 30 e 31/2022, em tramitação nessa E. Casa de Leis, encaminhamos Ofício FCS nº 73/2022, com as informações solicitadas.

Atenciosamente,

LEONARDO
CARESSATO

CAPITELI:30495907855

Assinado de forma digital por
LEONARDO CARESSATO
CAPITELI:30495907855
Dados: 2022.08.11 10:03:14 -03'00'

LEONARDO CARESSATO CAPITELI
PREFEITO MUNICIPAL

Ilma. Sra.

Marisa Luciana de Oliveira Xavier

Presidente da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação
Câmara Municipal de Serrana - SP



**fundação
cultural
de serrana**

Ofício FCS 73/2022

Projetos de Lei Ordinária N° 29, 30 e 31.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SERRANA, pessoa jurídica de direito público interno, constituída sob a forma de fundação municipal, inscrita no CNPJ sob n°. 02.859.423/0001-97, com sede administrativa localizada na Rua Barão do Rio Branco, n°. 339, no Município de Serrana, Estado de São Paulo, neste ato representada pela seu Diretor-Presidente **RAFAEL GREPPE JACOB**, em resposta ao **Ofício n° 174/2022-CMS**, vem a presença de Vossa Senhoria informar que os recursos repassados e destinados a Fundação foram realizados antes do período de Pleito Eleitoral, conforme comprovantes em anexo.

Diante do exposto, espera a Fundação Cultural de Serrana ter respondido de forma satisfatória as solicitações contidas no Ofício n° 174/2022-CMS, e fica a disposição desta Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação para prestar quaisquer outros esclarecimentos que ainda se fizerem necessários.

Termos em que, confia no deferimento.

Serrana/SP, Quarta-feira 10 de agosto de 2022.

FUNDACAO CULTURAL DE SERRANA:0285942300019
7

Assinado de forma digital por
FUNDACAO CULTURAL DE
SERRANA:02859423000197
Dados: 2022.08.10 16:28:03 -03'00'

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SERRANA

Rafael Greppe Jacob

Diretor-Presidente

CNPJ 02.859.423/0001-97

Rua Barão do Rio Branco, 339 – Centro – CEP 14150-000 – Serrana SP

Fone: (16) 3987-6071 – www.fundacaoculturaldeserrana.com – fundacaocultural@serrana.sp.gov.br



Extrato de Conta Corrente

Cliente: **EMENDA ANALICE FERNANDES**

Agência: 3375-8 Conta: 33886-9

Lançamentos

Dia	Histórico	Valor
09/02/2022	Saldo Anterior	0,00 (+)
23/05/2022	Ordem Bancária 463772220003-90 SP-SEC DA FAZENDA E PL	100.000,00 (+)
24/05/2022	BB-APLIC C.PRZ-APL.AUT	100.000,00 (-)
31/05/2022	S A L D O	0,00 (+)

Total Aplicações Financeiras	0,00
------------------------------	------

* Saldos por dia Base

Sujeitos a confirmação no momento da contratação



Extrato de Conta Corrente

Cliente: **EMENDA ANALICE FERNANDES**

Agência: 3375-8 Conta: 33886-9

Lançamentos

Dia	Histórico	Valor
09/02/2022	Saldo Anterior	0,00 (+)
23/05/2022	Ordem Bancária 463772220003-90 SP-SEC DA FAZENDA E PL	100.000,00 (+)
24/05/2022	BB-APLIC C.PRZ-APL.AUT	100.000,00 (-)
31/05/2022	S A L D O	0,00 (+)

Total Aplicações Financeiras	0,00
------------------------------	------

* Saldos por dia Base

Sujeitos a confirmação no momento da contratação



Extrato de Conta Corrente

G335101618594898011
10/08/2022 16:23:47

Cliente - Conta atual

Agência 3375-8
Conta corrente 32190-7 FUNDAÇÃO CULTURAL SERRANA
Período do extrato 07 / 2022

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
30/06/2022		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
01/07/2022		0000	14138	632 Ordem Bancária	202.207.010.001.950	100.000,00 C	
				463772220003-90 SP-SEC DA FAZENDA E PL			
01/07/2022		0000	00000	271 BB-APLIC C.PRZ-APL.AUT	1.987	100.000,00 D	0,00 C
31/07/2022		0000	00000	999 S A L D O			0,00 C

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: JE838438 RAFAEL GREPPE JACOB.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL

Processo de formalização e execução de acordo bilateral

CC-PRC-2022-00080-DM

Data de Produção

10/Maio/2022

Interessado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANA

Assunto

Transferência Especial - Casa Civil



Assinado com senha por: DANIEL LEÃO BONATTI - 10/05/2022 às 13:02:59
Documento N°: 029783A1197371 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/029783A1197371>

Classif. Documental 001.01.03.003



CCPRC2022000080DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



São Paulo, 4 de FEVEREIRO de 2022

Ref: Emenda nº 2022.3551504.39182

Ilmo. Senhor(a),

Esse Município foi indicado como beneficiário de uma transferência especial conforme dados abaixo.

Desse modo, NOTIFICO para que envie as informações pertinentes conforme indicado no Sistema Demandas (<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br>), impreterivelmente em até 15 dias, nos termos do Decreto nº 66.436/2022, art. 23, §1º, item 2, sob pena do não recebimento dos recursos indicados.

Para os beneficiários não cadastrados no Sistema Demandas, acesse o formulário para cadastro [aqui](#).

Emenda Agregadora: 2022.3551504.39182				
Emenda Unitária	Parlamentar	Valor da Emenda	% Capital	% Corrente
2022.009.38779	Analice Fernandes	R\$ 100.000,00	0,00	100,00

Atenciosamente,

Casa Civil

Usuário(s) notificado(s)	
Nome	E-mail
AGEMIRO PEREIRA DA SILVA NETO	agemiro.psneto@gmail.com
Luciano Belutti da Silva	arqbelutti@hotmail.com
Maria Izabel Zamboni de Oliveira	belzamboni01@gmail.com
Leandro Ferreira do Nascimento	leandrobarrinha@yahoo.com.br
Pedro Dias dos Reis	pdrarquitectura@gmail.com
	prefeito@serrana.sp.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANA SP	projetos@serrana.sp.gov.br



CCPAR2022000310DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL

TERMO DE ACEITE
Transferência Especial
MUNICÍPIO: SERRANA

Considerando o recebimento das emendas parlamentares agregadas sob o número 2022.3551504.39182, declaro o aceite das seguintes emendas unitárias:

EMENDAS ACEITAS:

Emenda	Parlamentar	Valor
2022.009.38779	Analice Fernandes	R\$ 100.000,00
		Valor Total: R\$ 100.000,00 % Capital: 0.00 % Corrente: 100.00

São Paulo, 07 de Fevereiro de 2022

LEONARDO CARESSATO CAPITELI
Prefeito
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANA



Assinado com senha por: LEONARDO CARESSATO CAPITELI - 07/02/2022 às 10:32:50
Documento N°: 756125A0805282 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/756125A0805282>

Classif. Documental 001.01.05.006



CCPAR2022000107DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL

DADOS BANCÁRIOS

Nome Responsável: Prefeitura Municipal de Serrana SP

Data de Abertura da Conta: 09/02/2022

Banco: Banco do Brasil

Nº Agência: 3375-8

Conta: 33886-9

São Paulo, 11 de Fevereiro de 2022

LEONARDO CARESSATO CAPITELI
Prefeito
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANA



Assinado com senha por: LEONARDO CARESSATO CAPITELI - 11/02/2022 às 13:47:22
Documento N°: 029783A0837794 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/029783A0837794>



CCPTA2022000128DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL

FOLHA CAPA EMENDA 2022.3551504.39182

Parlamentar:	Município: SERRANA
Ano Referência: 2022	Órgão/Entidade: Casa Civil
CNPJ do beneficiário: 44.229.813/0001-23	Objeto: Transferência Especial
Beneficiário: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANA	Valor (R\$): 100.000,00
Ação: Não Saúde	
Observação:	



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL

Validação dos Documentos Beneficiário

PARECER: **APROVADO**

Devidamente aceite e conta corrente no Banco do Brasil indicada pelo beneficiário, segue a presente para análise orçamentária.

São Paulo, 11 de FEVEREIRO de 2022

RAFAEL GANZERLI AUAD



Assinado com senha por: RAFAEL GANZERLI AUAD - 11/02/2022 às 16:11:09
Documento N°: 039182A2127748 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/039182A2127748>



CCPAR000177EM/2022



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL

Parecer LDO

PARECER: **APROVADO**

Aprovado.

São Paulo, 11 de FEVEREIRO de 2022

RAFAEL GANZERLI AUAD



Assinado com senha por: RAFAEL GANZERLI AUAD - 11/02/2022 às 17:12:49
Documento N°: 039182A2129397 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/039182A2129397>



CCPAR000244EM/2022



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL



ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA

Parecer: **APROVADO**

Aprovado nos termos da Lei Orçamentária Anual 17.498/2021.

São Paulo, 10 de Maio de 2022

DANIEL LEÃO BONATTI
Especialista em Políticas Públicas
Chefia de Gabinete



Assinado com senha por: DANIEL LEÃO BONATTI - 10/05/2022 às 13:03:00
Documento N°: 029783A1197373 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/029783A1197373>

Classif. Documental	001.01.05.006
---------------------	---------------



CCPAR2022000900DM

RESERVA ORÇAMENTÁRIA

INFORMAÇÃO :
SECRETARIA : CASA CIVIL
UNID. ORÇAM. : CASA CIVIL
UGE : GABINETE DO SECRETARIO
INTERESSADO : CASA CIVIL
ASSUNTO : EMENDAS IMPOSITIVAS – TRANSFERÊNCIA ESPECIAL

CONFORME CONTROLE ORÇAMENTÁRIO EFETUADO POR ESTA UNIDADE, INFORMAMOS QUE A UNIDADE GESTORA EXECUTORA DISPÕE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO CORRENTE EXERCÍCIO, PARA ATENDER A DESPESA OBJETO DO PRESENTE PROCESSO

Chefia de Gabinete
São Paulo 10 de maio de 2022.

DANIEL LEÃO BONATTI
Especialista em Políticas Públicas

Avenida Morumbi, 4.500, Morumbi / 05640 905 / São Paulo - SP. 11 2193 8484/ gabinetecasacivil@sp.gov.br



Assinado com senha por: DANIEL LEÃO BONATTI - 10/05/2022 às 15:44:40
Documento N°: 029783A1199885 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/029783A1199885>



CCCAP2022000255DM



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO
ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE

PROCESSO CC-EXP-2022/00149
PARECER 61/2022
INTERESSADO Secretaria da Casa Civil
ASSUNTO

ORÇAMENTO. Orçamento impositivo. Transferências especiais. Artigo 175-A da Constituição do Estado. Dúvida suscitada pela Casa Civil quanto à observância do Decreto nº 66.173, de 26 de outubro de 2021, que dispõe sobre a disciplina acerca da celebração de convênios, no âmbito da Administração direta e autárquica, e sobre a instrução dos processos respectivos, e da Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de órgãos e entidades estaduais - CADIN ESTADUAL, no âmbito das transferências especiais para Municípios paulistas. Considerações sobre o orçamento impositivo. Artigo 166, §16, da Constituição Federal. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Orientações do Tribunal de Contas da União e da Advocacia-Geral da União. Artigo 25 da Lei Complementar federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Recomendação de observância, no âmbito das transferências especiais, das condições previstas para a realização de transferências voluntárias. Resposta à consulta. Solicitação de complementação da instrução com manifestação da Secretaria de Orçamento e Gestão. Proposta de oitiva da Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral.

1. A Casa Civil solicita emissão de parecer referencial acerca do procedimento a ser observado para a realização de transferências especiais a Municípios paulistas, nos termos do artigo 175-A da Constituição do Estado.

1.1. Especificamente, questiona a origem se, para a alocação de recursos aos Municípios beneficiários na forma de transferências especiais, é necessária a comprovação de regularidade a que alude o Decreto nº 66.173, de 26 de outubro de 2021, que dispõe sobre a disciplina acerca da celebração de convênios, no âmbito da Administração direta e autárquica, e sobre a instrução dos





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO
ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE

processos respectivos, e de consulta ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de órgãos e entidades estaduais - CADIN ESTADUAL, nos termos da Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008.

1.2. Os questionamentos foram apresentados nos seguintes termos:

- “a) Será necessária a comprovação de regularidade, pelo Município beneficiário, dos documentos elencados no Decreto nº 66.173/2022 (que dispõe sobre a celebração de convênios), ou apenas a ciência e informação da conta bancária bastariam para a fase de habilitação?
- b) Tendo em vista que na modalidade de transferência especial, o repasse dos recursos aos Municípios independe de celebração de convênio ou instrumento similar, o efetivo pagamento dependerá da adimplência do ente federativo destinatário, nos termos da Lei 12.799/2008 e Decreto 53.455/2008?”

2. Assim composto, o expediente foi encaminhado a esta Consultoria Jurídica, para manifestação.

Eis o relatório. Passo a opinar.

3. De início, recorro que a Emenda Constitucional nº 86, de 17 de março de 2015, introduziu o orçamento impositivo na Constituição Federal, nos termos dos §§9º a 18 do artigo 166. A alteração constitucional tornou obrigatória a aprovação de emendas parlamentares individuais ao projeto de lei orçamentária até o limite de 1,2% da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo para aquele exercício financeiro, devendo a metade desse percentual ser destinada a ações e serviços públicos de saúde. Estabeleceu, ainda, o dever de execução orçamentária e financeira das programações resultantes dessas emendas, exceto na hipótese de impedimentos legais e de ordem técnica devidamente



SEGOVCAP202213316A



CCCAP2022000559DM



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO
ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE

justificados, e desde que atendidos os dispositivos constitucionais e legais atinentes a metas fiscais ou limites de despesas.

4. Posteriormente, a Emenda Constitucional nº 105, de 12 de dezembro de 2019, acrescentou à Constituição Federal o artigo 166-A, de sorte a possibilitar que as emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual aloquem recursos a entes federativos por meio de transferências especiais ou com finalidade definida.

4.1. Na transferência especial (art. 166-A, I), os recursos “serão repassados diretamente ao ente federado beneficiado, independentemente de celebração de convênio ou de instrumento congênere”, “pertencerão ao ente federado no ato da efetiva transferência financeira” e deverão ser aplicados “em programações finalísticas das áreas de competência do Poder Executivo do ente federado beneficiado”. A Constituição Federal dispõe, ainda, que “pelo menos 70% (setenta por cento) das transferências especiais deverão ser aplicadas em despesas de capital”.

4.2. Já na transferência com finalidade definida (art. 166-A, II), materializada por meio da formalização de convênio ou outro instrumento congênere, os recursos serão “vinculados à programação estabelecida na emenda parlamentar” e “aplicados nas áreas de competência constitucional da União”.

4.3. O artigo 166-A prevê, ainda, que os recursos transferidos por meio das aludidas modalidades não poderão ser aplicados no



SEGOVCAP202213316A



CCCAP2022000559DM



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO
ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE

pagamento de “despesas com pessoal e encargos sociais relativos a ativos e inativos, e com pensionistas” (inciso I do §1º), nem de “encargos referentes ao serviço da dívida” (inciso II do §1º).

5. A propósito do tema, releva comentar a decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal no bojo da **ADI nº 6.308**, que examinou normas sobre orçamento impositivo na Constituição do Estado de Roraima. As normas estaduais impugnadas estabeleciam, em síntese, limites para aprovação de emendas parlamentares impositivas em patamar diferente do imposto pelo art. 166, §§ 9º e 12, da CF, fixando 2% da receita corrente líquida para emendas parlamentares individuais e, 1,5%, para emendas parlamentares coletivas.

6. Ao referendar a medida cautelar concedida pelo Ministro Roberto Barroso, destacou o Plenário da Corte a competência da União para editar normas gerais de direito financeiro (art. 24, I, e § 1º, da CF) e a reserva de lei complementar federal para a edição de normas gerais sobre elaboração da lei orçamentária anual, gestão financeira e critérios para execução das programações de caráter obrigatório (art. 165, § 9º, da CF). Afirmou, ainda, que, na seara das competências concorrentes, não se admite legislação estadual que disponha em sentido contrário às normas gerais federais então existentes sobre o tema.

7. Assim, aos argumentos de que as normas da Constituição Federal sobre o processo legislativo das leis orçamentárias são de reprodução obrigatória pelo constituinte estadual e da aplicabilidade do princípio da simetria na espécie, o Plenário concluiu que a Constituição do Estado de Roraima, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2020 deveriam observar os **limites** estabelecidos pela Constituição Federal para as emendas parlamentares impositivas, individuais e coletivas, com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais nº 86/2015 e nº 100/2019.



SEGOVCAP202213316A



CCCAP2022000559DM



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO
ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE

8. Sobre a discussão constitucional, o relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Resolução PGE n.º 32/2020¹ perfilha entendimento semelhante ao do STF ao afirmar que os entes federativos, **caso optem pela edição de normas constitucionais que confirmem caráter impositivo a despesas orçamentárias voluntárias, deverão observar os limites percentuais previstos na Constituição Federal**, nos termos do artigo 24, incisos I e II, e §§ 1º e 2º, da CF.

8.1. Pela relevância, transcrevo excerto do relatório mencionado:

“26. Consequentemente, a partir das alterações à Constituição Federal acima mencionadas, **os demais Entes federados passaram a ter a faculdade de, no exercício de sua autonomia federativa, também conferir caráter impositivo às despesas discricionárias previstas nas respectivas leis orçamentárias. Não se está a falar, portanto, em normas de reprodução obrigatória.**

27. No entanto, como os Estados-membros e o Distrito Federal possuem competência legislativa suplementar para a matéria, se deliberarem pela edição de normas para conferir execução obrigatória às despesas orçamentárias voluntárias, **tais normas deverão estar em harmonia com as normas nacionais incidentes.** Na mesma linha, eventuais normas municipais com idêntico desiderato deverão ser compatíveis com a legislação federal e estadual.

28. Nesse sentido, por exemplo, as emendas individuais e de bancada ao projeto de lei orçamentária do respectivo Ente deverão observar, como limite máximo de execução obrigatória, os percentuais da receita corrente líquida realizada no exercício anterior definidos nos §§ 11 e 12 do artigo 165 da Constituição Federal, respectivamente, 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) e 1% (um por cento).

29. **Sem embargo do tema em análise ser ainda incipiente e pouco se colher da doutrina e da jurisprudência material sobre os diversos aspectos que envolvem as emendas parlamentares impositivas, o recente referendo na medida cautelar na ADI n.º 6.308, pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, revela-se paradigmático no assunto e, s.m.j., não discrepa do entendimento acima delineado.**

30. Com efeito, extrai-se do voto condutor do Ministro Roberto Barroso as seguintes diretrizes para a compreensão do tema: (i) em matéria de orçamento impositivo, deve-se privilegiar a interpretação estrita porquanto se cuida de exceção à regra constitucional atinente à iniciativa legislativa do Poder Executivo no tema (art. 165, CF); (ii) os Estados estão obrigados a exercer sua competência concorrente para legislar sobre direito financeiro e

¹ Instituído com a finalidade de “uniformizar o entendimento institucional e apresentar proposta de disciplina normativa quanto à aplicabilidade das disposições introduzidas pela Emenda Constitucional n.º 45, de 18-12-2017, à Constituição do Estado de São Paulo”, que tratou do orçamento impositivo.



SEGOVCAP202213316A



CCCAP2022000559DM



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO
ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE

orçamento público de forma compatível com o previsto na Constituição Federal e com a legislação nacional editada pela União a respeito do tema (artigo 24, incisos I e II, e §§ 1º e 2º, da CF); e (iii) as normas da Constituição Federal sobre o processo legislativo das leis orçamentárias são de reprodução obrigatória (princípio da simetria).” (grifos nossos)

9. No âmbito do Estado de São Paulo, a Emenda Constitucional nº 45, de 18 de dezembro de 2017, acrescentou os §§ 6º a 10 ao artigo 175 da Constituição do Estado, a fim de tornar obrigatória a execução das emendas individuais apresentadas por parlamentares ao projeto de lei orçamentária anual (§8º), até o limite 0,3% (três décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, mantida a destinação de metade desse percentual a ações e serviços públicos de saúde (§6º), **observando, portanto, os limites da Constituição Federal.**

10. A Constituição do Estado prevê, ainda, que os critérios para a execução das emendas parlamentares impositivas e o montante de restos a pagar considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista no artigo 175, §8º, serão definidos na Lei de Diretrizes Orçamentária (artigo 175, §§ 8º e 9º).

11. Por fim, a Emenda Constitucional nº 50, de 18 de maio de 2021, acrescentou o artigo 175-A à Constituição do Estado, incorporando à ordem constitucional estadual o disposto no artigo 166-A da Constituição Federal, que disciplina as transferências especial e com finalidade definida.

12. Feita essa breve retrospectiva, para o propósito desta consulta, destaco o teor do §13 do artigo 166 da Constituição Federal (acrescido ao artigo 166 pela EC nº 86/2015 e posteriormente renumerado para §16 por força da Emenda Constitucional nº 100, de 26 de junho de 2019), *verbis*:

“§ 16. Quando a transferência obrigatória da União para a execução da programação prevista nos §§ 11 e 12 deste artigo for



SEGOVCAP202213316A



CCCAP2022000559DM



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO
ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE

destinada a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios, **independentemente da adimplência do ente federativo destinatário** e não integrará a base de cálculo da receita corrente líquida para fins de aplicação dos limites de despesa de pessoal de que trata o caput do art. 169.² (grifo nosso)

12.1. Prevê a Constituição Federal, assim, que a adimplência dos entes federativos beneficiários **não** é condição para a transferência de recursos decorrentes de emendas impositivas, em qualquer das suas modalidades – transferência especial ou transferência com finalidade definida.

13. No âmbito do Estado de São Paulo, contudo, o constituinte reformador estadual, ao disciplinar o orçamento impositivo nos artigos 175 e 175-A, **não reproduziu a aludida previsão**, diferentemente de outros Estados, como Santa Catarina (artigo 120, §13²) e Minas Gerais (artigo 160, §14³).

14. Nesse contexto, uma vez que o constituinte reformador estadual, no exercício da autonomia federativa, não previu disposição semelhante à da Constituição Federal ao disciplinar o orçamento impositivo, **não parece possível afastar a exigência de adimplência dos Municípios paulistas para recebimento de recursos oriundos de emendas impositivas na seara estadual**. Vale dizer: à míngua de reprodução, na Constituição do Estado, da dispensa de adimplência do ente federativo, não é possível buscar fundamento de validade diretamente no dispositivo da Constituição Federal – que faz referência expressa à União – para afastar a exigência de regularidade do beneficiário.

15. Por essa razão, considerando o questionamento apresentado pela origem, atinente à exigência de regularidade do

² “Art. 120. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, estruturados em Programas Governamentais, serão estabelecidos em leis de iniciativa do Poder Executivo, precedidas da realização do Congresso Estadual do Planejamento Participativo, de acordo com o disposto em lei complementar.

(...)

§ 13. Quando a transferência obrigatória do Estado, para a execução da programação prevista nos §§ 9º e 10 deste artigo, for destinada a Municípios, independentemente da adimplência do ente federativo destinatário.”

³ “Art. 160 – Os projetos de lei relativos a plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e a crédito adicional serão apreciados pela Assembleia Legislativa, observado o seguinte:

(...)

§ 14 – Transferência obrigatória do Estado destinada a município, para a execução da programação prevista no § 6º deste artigo, independentemente da adimplência do ente federativo destinatário e não integrará a base de cálculo da receita corrente líquida para fins de aplicação dos limites de despesa de pessoal de que trata o caput do art. 169 da Constituição da República.”



SEGOVCA202213316A



CCCAP2022000559DM



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO
ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE

Município beneficiário para recebimento de transferências especiais, impende examinar se as transferências de recursos decorrentes de emendas parlamentares individuais – que abrangem, portanto, as transferências especiais – são consideradas transferências voluntárias para fins do disposto na Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

15.1. Isso porque, caso se considere que tais transferências assumem caráter voluntário à luz da definição do artigo 25 da LRF⁴, a resposta à consulta perpassará as exigências constantes da referida lei complementar federal e da legislação estadual que disciplina o tema.

16. A respeito do tema, em resposta a questionamento acerca da possibilidade de utilização de transferências especiais no âmbito das emendas de bancada estadual, a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, por meio da Nota Técnica n.º 02/2021⁵, afirma que as transferências com finalidade definida constituem “forma tradicional de transferências voluntárias realizadas por convênios ou instrumentos congêneres”, ao

⁴ “Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

I - existência de dotação específica;

II - (VETADO)

III - observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição;

IV - comprovação, por parte do beneficiário, de:

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;

b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;

c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal;

d) previsão orçamentária de contrapartida.

§ 2º É vedada a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.

§ 3º Para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes desta Lei Complementar, excetuam-se aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social.”

⁵ Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2021/nota-tecnica--transferencia-especial-art-166-a-modalidade-restrita-as-emendas-individuais-versao-15-fev-2021> >. Acesso em 11 de fevereiro de 2022.



SEGOVCAP202213316A



CCCAP2022000559DM



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO
ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE

passo que as transferências **sem finalidade definida** representam “nova modalidade de transferência discricionária criada pelo art. 166-A, denominada de transferências especiais, sendo realizadas diretamente ao ente federado beneficiado, independentemente da identificação da programação específica e da celebração de convênio ou de instrumento congêneres”.

16.1. Nessa toada, assevera que “as transferências especiais veiculadas por emenda individual **têm natureza discricionária, uma característica de todas as programações impositivas**”, razão pela qual estão sujeitas a contingenciamento, nos termos do artigo 166, §18, da Constituição Federal.

16.2. A nota técnica conclui, ainda, que “todas as transferências voluntárias, realizadas de forma convencional (art. 25 LRF) ou especial (art. 166-A CF), devem ser submetidas à vedação do art. 73, VI, a, da Lei 9.504/97 (Lei Eleitoral), por terem igualmente potencial de afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais”.

17. No âmbito do Tribunal de Contas da União, a natureza das transferências decorrentes de emendas impositivas foi examinada sob o ângulo eleitoral, ocasião em que a Corte de Contas teceu as seguintes considerações⁶:

“O fato é que, pelo teor dos dispositivos da EC 86/2015 e das demais regras constitucionais e legais de Direito Financeiro e Orçamentário, e conforme bem esclarecido no parecer do MP/TCU, as verbas oriundas de emendas parlamentares individuais, conquanto tenham relativa obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira de suas programações, **não se constituem em transferências efetivamente obrigatórias previstas em lei ou na Constituição**, tais como as relativas aos fundos de participação dos Estados e Municípios e outras afins. A verbas das EPIs, na medida em que dependem de diversos condicionantes (inexistência de impedimentos técnicos e de contingenciamento), não geram para o seu destinatário direito líquido e certo ao recebimento dos recursos respectivos.”

⁶ TC 017.019/2014-1, Acórdão nº 287/2016, Plenário, 17.02.2016.



SEGOVCAP202213316A



CCCAP2022000559DM



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO
ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE

17.1. No referido julgado, o Plenário recomendou “ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que orient[asse] os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal acerca da necessidade de observância do disposto no art. 73, inciso VI, alínea “a”, da Lei 9.504/1997 (Lei Eleitoral), inclusive no que tange às transferências decorrentes de programações incluídas na lei orçamentária anual por meio de emendas parlamentares individuais, **por se caracterizarem essencialmente como transferências voluntárias**”.

18. Finalmente, a Câmara Nacional de Uniformização de Entendimentos Consultivos da Consultoria-Geral da União⁷ respondeu consulta acerca da correta interpretação da expressão “independência de adimplência”, contida no §13 (atual §16) do artigo 166 da Constituição Federal, transcrito no item 12 desta manifestação. Embora o aludido opinativo tenha sido proferido **antes** da alteração constitucional que introduziu as transferências especiais na ordem constitucional, entendo que as conclusões ali lançadas, atinentes ao caráter híbrido das transferências de recursos decorrentes de emendas parlamentares individuais, se estendem a essa modalidade de repasse de recursos, consoante se passa a detalhar.

18.1. Concluiu o órgão jurídico que as emendas parlamentares individuais “atraem elementos jurídicos tanto das figuras de transferência obrigatória, como das figuras de transferência voluntária, e, portanto, **configuram um**

⁷ Parecer nº AM - 05, de 9 de abril de 2019, do Advogado-Geral da União, que adotou, nos termos estabelecidos no Despacho do Consultor-Geral da União nº 274/2019/GAB/CGU/AGU e Despacho nº 193/2019/DENOR/CGU/AGU, o Parecer Plenário nº 01/2019/CNU/CGU/AGU, da Câmara Nacional de Uniformização de Entendimentos Consultivos da Consultoria-Geral da União, aprovado pelo Presidente da República para os fins do disposto no art. 40, §1º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, tornando o entendimento vinculante para a Administração Pública Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AGU/Pareceres/2019-2022/PRC-AM-05-19.htm> Acesso em 11 de fevereiro de 2022.



SEGOVCAP202213316A



CCCAP2022000559DM



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO
ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE

terceiro gênero”, com base nos seguintes argumentos, que, pela relevância, peço licença para transcrever:

“Primeiro, o dever de transferência das EPIs não nasce *ipso iure*, pois, inicialmente a emenda depende da vontade individual de cada parlamentar, o qual definirá o seu beneficiário, o *quantum* e a sua finalidade, e somente num momento posterior é que terá incorporada a força de lei, quando a LOA (que é a lei do orçamento) na qual foi inserida, obtiver formal aprovação do Congresso Nacional, o que afasta este requisito (dever *ipso iure* independente da LOA) inerente às transferências obrigatórias. Agora, vista sob o prisma da transferência voluntária, são incompatíveis com as EPIs algumas das exigências normativas previstas no § 1º do art. 25 da LC nº 101/2000, a exemplo da exigência do inc. I do referido §1º, haja vista que a ‘dotação específica’ já integra a própria emenda individual, ou seja, é elemento necessário e constitutivo da EPI. As exigências das alíneas “a” a “d” do inc. IV do mesmo §1º, igualmente, não podem ser aplicadas invariavelmente às EPIs, pois, em relação à alínea “a”, a norma constitucional excepcionou a necessidade de adimplência, o que, numa hipótese de menor abrangência interpretativa, exclui a condição de estar “em dia com o pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos”. Na alínea “b”, se a norma constitucional destacou a importância da aplicação das EPIs na área de saúde (§ 10 do art. 166 c.c. inc. I do § 2º do art. 198, ambos da CF/88), então, seria contraditório obstar a transferência destinada (ou vinculada) à saúde, porque perfaz um meio de maximização da efetividade deste direito social por parte da União, sobretudo, em relação àqueles entes federados que por conta própria não conseguiram cumprir o mínimo constitucional. E esse objetivo no tocante à saúde (maximização da efetividade do direito social), também justifica a inaplicabilidade das alíneas “c” e “d”, ao menos em relação às EPIs destinadas às ações e serviços públicos de saúde.

(...)

Segundo, por vezes, a concretização das EPIs opera por força da própria lei (independe da comunhão de vontades), e em outras situações, impõe a formalização de relação jurídica *inter partes* (depende da conjugação das vontades), no geral, na forma do Decreto nº 6.170/07. Nesse sentido, trago à baila a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da CF/88, que, da leitura do seu art. 18 e do correlato parágrafo único, verificamos que as transferências de recursos do Fundo Nacional de Saúde entre os entes da federação, destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde, ora se operam diretamente (“fundo a fundo”), ora por meio de transferências voluntárias:

(...)

Sob o aspecto do enquadramento jurídico da forma de concretização das transferências levadas a efeito por EPIs, portanto, é juridicamente impossível afirmar a subsunção exclusiva ao gênero ‘voluntário’ ou ‘obrigatório’ da transferência, porquanto, aquelas emendas individuais que destinam recursos ao Sistema Único de Saúde-SUS e que são alocadas no Fundo Nacional de Saúde-FNS, excepcionalmente se concretizam por meio de transferência voluntária, segundo a norma do parágrafo único do art. 141 da LC nº 141/2012, ou seja: tais transferências podem se enquadrar num ou noutro gênero (obrigatória ou voluntária),



SEGOVCAP202213316A



CCCAP2022000559DM



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO
ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE

de acordo com a forma de concretização da EPI ('fundo a fundo' ou 'convênio').

Terceiro, as LDOs têm, como regra, mantido as despesas concernentes às transferências voluntárias no conjunto das despesas passíveis de contingenciamento e, por outro lado, têm expressamente inserido as despesas obrigatórias, a exemplo das destinadas às 'ações e serviços públicos de saúde', no anexo destinado a identificar as "despesas que não serão objeto de limitação de empenho", consoante se infere da leitura do "Anexo III" das LDOs de 2017, 2018 e 2019. Considerando-se que metade do valor destinado às EPIs deve ser destinado às programações relativas às "ações e serviços públicos de saúde", nos termos do §9º do art. 166 da CF/88, então, diante da tendência das últimas LDOs, concluímos que tais EPIs, via de regra, não se submeteriam a contingenciamento. **Disto, em tese, o contingenciamento poderia afetar apenas uma parte das EPIs, razão pela qual, também por esse aspecto, seria inviável atribuir caráter da obrigatoriedade ou da voluntariedade para todas as transferências levadas a cabo mediante EPIs. Por mais esse motivo, é impossível fixar que as EPIs pertencem exclusivamente ao gênero das transferências obrigatórias (consoante sugere o termo "transferência obrigatória da União", consignado no § 13 do art. 166 da CF/88),** ademais, porque no § 17 do mesmo artigo da CF/88 há expressa menção à possibilidade de redução do percentual das EPIs (1,2%) na mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias, na forma definida na LDO. E da mesma forma, não pertencem exclusivamente ao gênero das transferências voluntárias, consoante repetidamente as LDOs têm demonstrado, ao excluir da limitação de empenho "ações e serviços públicos de saúde".

Quarto, no tocante à obrigatoriedade da realização da transferência e da sua execução, tratando-se de EPIs, a Administração Pública tem o dever de executá-las, ou seja, há uma vinculação do agir à um poder mandatório decorrente da Constituição (a impositividade). Inexiste margem para a Administração Pública exercer o juízo de escolha entre o fazer e o não fazer: a partir do momento que a EPI tiver seu ciclo de formação concluído com a aprovação da LOA, caberá ao executor apenas cumprir o comando, salvo (i) se existir impedimento de ordem técnica insanável (§12 c.c. com §§ 14 e 15, todos do art. 166 da CF/88) ou (ii) se for hipótese afetada por contingenciamento admitido pela LDO. Por conseguinte, a execução obrigatória possui estreita afinidade com o gênero "obrigatório" da transferência, todavia, o fato da própria CF/88 prever de antemão a possibilidade da execução das EPIs deixar de ser obrigatória (§15 do art. 166), e possibilitar o remanejamento por iniciativa de lei ou por ato do Poder Executivo na forma da LOA (incisos III e IV do § 14 do art. 166), acaba atraindo o gênero "voluntário" para as EPIs que apresentarem impedimento de ordem técnica. Ocorrerá situação semelhante na inexistência de vedação legal ao contingenciamento para alguma hipótese da EPI. Portanto, se a 'obrigatoriedade da execução' sugere afinidade com a 'obrigatoriedade da transferência' (obrigatoriedade absoluta da transferência), consequentemente, a previsão na própria Constituição de condição impeditiva ou prejudicial (impedimento de ordem técnica e contingenciamento), sugere a não-obrigatoriedade da transferência carregada pela EPI (obrigatoriedade relativa da transferência). **Esta é a interpretação do termo "transferência obrigatória" inserido no §13 do art. 166 da CF/88: Na EPI há uma obrigatoriedade da transferência, que é relativizada em caso de (i) impedimento de ordem técnica ou na**



SEGOV/CAP2022/13316A



CCCAP2022000559DM



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO
ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE

hipótese de (ii) contingenciamento admitido pela LDO. Do exposto neste subtítulo da fundamentação, extraem-se os fundamentos da decisão unânime do Plenário, que em síntese, considerou que **às EPIs não podem ser enquadradas de forma geral e excludente na figura das transferências obrigatórias, e tampouco na figura das transferências voluntárias, porque tais emendas impositivas atraem elementos jurídicos das duas figuras e, portanto, configuram um terceiro tipo, de natureza *sui generis*.**" (grifos nossos)

18.2. O opinativo alerta, contudo, que as transferências de recursos decorrentes de emendas parlamentares individuais destinadas a ações e serviços públicos de saúde podem, em tese, ser consideradas obrigatórias. Isso porque, além da destinação obrigatória de parcela das emendas impositivas à saúde, o artigo 166, §10, da CF determina que esse percentual será computado para fins de cumprimento do artigo 198, §2º, I, da CF⁸. Um dos exemplos utilizados pelo órgão consultivo é o de emendas impositivas que destinam recursos ao Sistema Único de Saúde-SUS e que são alocados no Fundo Nacional de Saúde-FNS.⁹

19. Diante do exposto, concluo que **as transferências decorrentes de emendas parlamentares individuais assumem contornos de transferências voluntárias**, razão pela qual devem observar as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, no que forem compatíveis, e as restrições eleitorais. Como decorrência, aplicam-se às transferências especiais os

⁸ Os dispositivos em tela foram replicados na Constituição do Estado (artigos 175, §7º, e 222, parágrafo único, item 1).

⁹ Assim constou do parecer em tela: "Nesse quadro, é possível fixar um entendimento a priori, segundo ao qual as EPIs destinadas a 'ações e serviços públicos de saúde', inserem-se no regime jurídico do Sistema Único de Saúde (SUS), o que, à luz do §9º do art. 166 da CF/88, representa a metade do percentual do orçamento destinado às EPIs. Outrossim, rememore-se que no horizonte da Lei de Responsabilidade Fiscal, as transferências de recursos orçamentários que (i) decorram de determinação constitucional, (ii) legal ou (iii) que sejam destinados ao SUS, não se enquadram na definição de "transferência voluntária", e assim, não se submetem às exigências (sanções) previstas no art. 25 da LC nº 101/2000. Destarte, por imposição legal expressa e visto num panorama lógico-sistemático, temos que as EPIs destinadas ao SUS (aquelas concernentes às 'ações e serviços públicos de saúde'), não se ajustam à tipologia de "transferência voluntária" do caput do art. 25 da LRF. Noutro giro, a norma do § 10 do art. 166 da CF/88, expressamente incluiu o valor das transferências carreadas pelas EPIs destinadas a 'ações e serviços públicos de saúde', no cômputo do percentual mínimo de aplicação na saúde a cargo da União (mínimo de 15% da receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro), por força do inc. I do §2º do art. 198 da CF/88:" (grifo nosso)



SEGOVCAP202213316A



CCCAP2022000559DM



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO
ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE

requisitos e sanções pertinentes às transferências voluntárias previstos na legislação infraconstitucional.

19.1. Nesse particular, ressalto que, ainda que os recursos repassados na forma de transferência especial sejam posteriormente aplicados pelo Município em ações e serviços de saúde, a transferência não assume caráter obrigatório para fins do disposto na parte final do artigo 25 da LRF. Isso porque, como visto, as transferências especiais **não possuem destinação específica** (os recursos devem ser aplicados em programações finalísticas do Poder Executivo do ente federado beneficiado), diferenciando-se, portanto, dos repasses fundo a fundo na saúde ou das transferências com finalidade definida (convênio, em regra).

20. Não se pode olvidar que **a LRF é de observância obrigatória pelos entes federativos**, conforme enuncia seu artigo 1º, §2º. Dessa forma, à mingua de norma constitucional estadual que afaste expressamente a exigência de adimplência dos Municípios beneficiários e de critério interpretativo seguro que permita enquadrar as transferências especiais como transferências obrigatórias¹⁰, reputo aplicável, no que couber, o disposto no artigo 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal às transferências especiais.

21. Assentadas tais premissas, passo a responder às indagações formuladas pela origem.

22. Em relação à incidência do disposto no Decreto nº 66.173/2021, recorro que o regulamento disciplina a celebração de convênios no âmbito da Administração direta e autárquica. Dessa forma, **tendo em vista que as transferências especiais prescindem de instrumentos convencionais para a sua concretização, as disposições do Decreto nº 66.173/2021 não se aplicam, a priori, a essa forma de alocação de recursos a Municípios.**

¹⁰ Conforme discutido nos itens 16, 17 e 18 deste opinativo.



SEGOV/CAP/2022/13316A



CCCAP2022000559DM



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO
ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE

22.1. No entanto, há disposições do aludido regulamento que replicam exigências contempladas na Lei Complementar federal nº 101/2000 para a realização de transferências voluntárias. No que pertine à presente análise, destaco as exigências constantes dos **incisos IV e VI do artigo 7º do Decreto nº 66.173/2021**, que buscam atender exigências da LRF, a seguir transcritos:

“Artigo 7º - As propostas de celebração de convênios com Municípios paulistas, subscritas pelos respectivos Prefeitos, a par da instrução a que alude o artigo 4º deste decreto, deverão fazer prova de:

(...)

IV - aplicação do percentual mínimo, constitucionalmente exigido, da receita municipal resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino;

(...)VI - não incorrer o Município nas vedações dos artigos 11, parágrafo único, 23, § 3º, inciso I, e § 4º, 25, § 1º, inciso IV, 31, §§ 2º, 3º e 5º, 51, § 2º, 52, § 2º, 55, § 3º e 70, parágrafo único, ressalvadas as hipóteses previstas nos artigos 25, § 3º, 63, inciso II, alínea "b", 65, inciso I e 66, todos da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000.”

22.2. O artigo 7º, inciso IV, do Decreto nº 66.173/2021 menciona a necessidade de demonstração, pelo Município, da “aplicação do percentual mínimo, constitucionalmente exigido, da receita municipal resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino”, em linha com o artigo 25, §1º, inciso IV, “b”, da Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo o qual o beneficiário deverá demonstrar o cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e saúde.

22.3. Sendo assim, deve ser atendida pelo Município para fins de recebimento dos recursos na forma de transferência especial.

22.4. Já o artigo 7º, inciso VI, do decreto remete expressamente a sanções previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal para a realização de transferências voluntárias, devendo, portanto, ser observado.

23. Sob outro giro, em relação à exigência de adimplência do ente beneficiário prevista no artigo 25, §1º, inciso



SEGOVCAP202213316A



CCCAP2022000559DM



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO
ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE

IV, “a”, da LRF, cumpre examinar o disposto no artigo 4º, inciso IV, do Decreto nº 66.173/2021, o qual remete à Lei nº 12.799/2008, que disciplina o CADIN ESTADUAL, objeto do segundo questionamento suscitado pela Casa Civil. Eis a redação do dispositivo:

“Artigo 4º - Os processos objetivando a formalização de convênios deverão ser instruídos com os seguintes elementos:

(...)

IV - prova de inexistência de débito para com o sistema de seguridade social, o fundo de garantia por tempo de serviço e a **Fazenda do Estado de São Paulo, observado, quanto a esta, o disposto na Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008.**” (grifo nosso)

23.1. O CADIN ESTADUAL é um cadastro único que permite à Administração Pública estadual verificar a situação de adimplência de beneficiários de crédito do setor público, conforme estabelecem os artigos 1º e 2º da lei:

“Artigo 1º - Fica criado o Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de órgãos e entidades estaduais - CADIN ESTADUAL, nos termos desta lei.

Parágrafo único - O CADIN ESTADUAL visa criar um cadastro único, possibilitando à Administração acompanhar o beneficiário de crédito do setor público que se encontra na situação simultânea de favorecido e inadimplente.

Artigo 2º - O CADIN ESTADUAL conterá relação das pessoas físicas e jurídicas que:

I - sejam responsáveis por obrigações pecuniárias vencidas e não pagas, em relação a órgãos e entidades da Administração direta e indireta, incluídas as empresas controladas pelo Estado;

II - não tenham prestado contas exigíveis em razão de disposição legal, cláusula de convênio, acordo ou contrato, ou que as tenham tido como rejeitadas.”

23.2. Nos termos do artigo 2º, o cadastro reúne pessoas físicas e jurídicas “responsáveis por **obrigações pecuniárias vencidas e não pagas**, em relação a órgãos e entidades da Administração direta e indireta, incluídas as empresas controladas pelo Estado” (inciso I) ou que “**não tenham prestado contas exigíveis em razão de disposição legal, cláusula de convênio, acordo ou contrato, ou que as tenham tido como rejeitadas**” (inciso II).



SEGOVCAP202213316A



CCCAP2022000559DM



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO
ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE

23.3. A consulta ao CADIN é obrigatória nas hipóteses arroladas no artigo 6º da lei, a seguir transcrito:

“Artigo 6º - É obrigatória consulta prévia ao CADIN ESTADUAL, pelos órgãos e entidades da Administração direta e indireta, para:

I - celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam o desembolso, a qualquer título, de recursos financeiros;
 II - repasses de valores de convênios ou pagamentos referentes a contratos;

III - concessão de auxílios e subvenções;

IV - concessão de incentivos fiscais e financeiros.

§ 1º - A existência de registro no CADIN ESTADUAL constituirá impedimento à realização dos atos a que se referem os incisos I a IV deste artigo.

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica à concessão de auxílios a Municípios atingidos por calamidade pública reconhecida pelo Governo do Estado e às transferências voluntárias de que trata o § 3º do artigo 25 da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000.”

23.4. De início, observo que a realização de transferência especial não se amolda às hipóteses arroladas nos incisos I e II do artigo 6º da lei do CADIN, posto que prescinde da formalização de instrumento com o Município beneficiário para a sua concretização.¹¹ Tampouco caracteriza a concessão de incentivo fiscal ou financeiro ao Município, prevista no inciso IV do dispositivo legal.

23.5. Sob outro giro, em relação ao disposto no artigo 6º, inciso IV, da lei, que veda a concessão de **auxílio** para pessoas jurídicas de direito público ou privado com registro no CADIN, cabe recordar a definição de auxílio constante do artigo 12, §6º, da Lei federal n.º 4.320/64¹².

¹¹ A reforçar o argumento, o artigo 42 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 menciona a consulta ao CADIN ESTADUAL previamente ao ato de **assinatura do instrumento com Municípios**.

¹² “Art. 12. A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas:

DESPESAS CORRENTES

Despesas de Custeio

Transferências Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Transferências de Capital

(...)

§ 6º São **Transferências de Capital** as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras



SEGOVCAP202213316A



CCCAP2022000559DM



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO
ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE

23.6. A lei conceitua as transferências destinadas a suportar despesas de capital (transferências de capital) e derivadas diretamente da lei orçamentária como “auxílios”, nos seguintes termos: “são transferências de capital as **dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar**, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, **constituindo essas transferências auxílios** ou contribuições, **segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento** ou de lei especialmente anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.”¹³

23.7. Nesse contexto, a transferência especial pode, em tese, caracterizar auxílio ao Município beneficiado. Isso porque, como visto, o §5º do artigo 175-A da Constituição do Estado exige que pelo menos 70% das transferências especiais sejam aplicadas em despesas de capital. Nas transferências especiais, a destinação dos recursos (se para despesas de custeio ou de capital) é definida pelo parlamentar (artigo 7º do Decreto nº 66.426/2022¹⁴) e levada a efeito pelo Município beneficiado.

23.8. De outro lado, a referência adequada para transferência de recursos destinadas a despesas de custeio de outras entidades de direito público parece ser a “contribuição”, não contemplada na lei do CADIN, nos termos do

pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, **constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especialmente anterior**, bem como as dotações para amortização da dívida pública.” (grifo nosso)

¹³ Conforme se extrai da Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP):

“42 – Auxílios

Despesas orçamentárias destinadas a atender a **despesas de investimentos ou inversões financeiras de outras esferas de governo** ou de entidades privadas sem fins lucrativos, observado, respectivamente, o disposto nos arts. 25 e 26 da Lei Complementar nº 101/2000.”

¹⁴ “Artigo 7º - A distribuição de emendas parlamentares a serem executadas na forma de transferência especial deverá observar, por autor, a destinação mínima obrigatória de 70% (setenta por cento) da quota para investimentos e inversões financeiras, conforme disposto no § 5º do artigo 175-A da Constituição do Estado.”



SEGOV/CAP/2022/13316A



CCCAP2022000559DM



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO
ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE

artigo 12, §2º, Lei federal n.º 4320/64.¹⁵ Dessa forma, a consulta ao CADIN seria dispensável, em tese, para a realização de transferências especiais destinadas a despesas de custeio do Município beneficiário.

23.9. Não se pode olvidar, contudo, que o artigo 25, §1º, inciso IV, “a”, da LRF exige que o beneficiário faça prova de “que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos”. Destaco, a propósito, que a exigência de adimplência do ente federativo na lei do CADIN, que engloba qualquer obrigação pecuniária vencida e não paga, é mais ampla do que aquela constante da LRF, restrita a tributos, financiamentos e empréstimos.

23.10. Dessa forma, à luz desse cenário normativo, concluo que, para as transferências especiais aplicadas em despesas de capital, deve ser consultado o CADIN. No caso das transferências especiais destinadas a

¹⁵ “§ 2º Classificam-se como **Transferências Correntes** as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para **contribuições** e subvenções destinadas a atender à **manutenção de outras entidades de direito público** ou privado.”

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) parece corroborar essa afirmação, ao trazer as seguintes definições de “subvenção” e “contribuição”:

“41 - Contribuições

Despesas orçamentárias às quais não correspondam contraprestação direta em bens e serviços e não sejam reembolsáveis pelo receptor, inclusive as destinadas a atender a despesas de manutenção de outras entidades de direito público ou privado, observado o disposto na legislação vigente.

(...)

43 - Subvenções Sociais

Despesas orçamentárias para cobertura de despesas de instituições privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa, de acordo com os arts. 16, parágrafo único, e 17 da Lei nº 4.320/1964, observado o disposto no art. 26 da LRF.”

Embora o artigo 6º, inciso IV, da lei do CADIN mencione também a “subvenção”, não parece possível enquadrar nessa categoria as transferências especiais aplicadas em despesas correntes. Isso porque o conceito de subvenção constante do artigo 12, §3º, da Lei federal n.º 4320/64 não parece abarcar repasses a Municípios ao se referir a “instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa” (subvenção social) e “empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril (subvenção econômica).



SEGOVCAP202213316A



CCCAP2022000559DM



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO
ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE

despesas de custeio, suficiente a demonstração de adimplência do Município beneficiário na forma do artigo 25, §1º, inciso IV, “a”, da LRF.

23.11. Caso a Administração pretenda consultar o CADIN em ambas as hipóteses, por se tratar de cadastro único abrangente que reflete a situação de adimplência dos entes federativos, alerta que não poderá ser obstada a realização de transferência especial destinada a despesa de custeio caso a obrigação pecuniária vencida e não paga não decorra de “tributos, empréstimos ou financiamentos” devidos ao Estado.

23.12. Tendo em vista, contudo, a repercussão das ponderações ora externadas, reputo necessária a **oitiva da Secretaria de Orçamento e Gestão acerca da operacionalização, sob a ótica orçamentária, das transferências especiais**, inclusive quanto à forma de verificação da destinação dos recursos (se para despesas de capital ou de custeio).

23.13. Por fim, anoto que a regularidade com a seguridade social, exigida pelo artigo 4º, inciso IV, do decreto, reflete o disposto no artigo 195, §3º, da Constituição Federal, segundo o qual “a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá **contratar** com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios”. Considerando, como dito, que a transferência especial prescinde da formalização de ajustes de qualquer natureza entre entes federativos, **a exigência de comprovação de regularidade com a seguridade social não é aplicável à hipótese em exame.**

24. Por todo o exposto, considerando os limites da consulta formulada, as conclusões alcançadas neste opinativo podem ser assim sintetizadas:

- a) As transferências de recursos decorrentes de emendas parlamentares individuais assumem contornos de



SEGOVCAP202213316A



CCCAP2022000559DM



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO
ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE

transferências voluntárias, aplicando-se o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal e as restrições da legislação eleitoral;

b) Exclusivamente na esfera federal, dispensa-se a demonstração de adimplência do ente beneficiário dos recursos em razão do disposto no §16 do artigo 166 da Constituição Federal;

c) Tendo em vista que as transferências especiais constituem modalidade de alocação de recursos oriundos de emendas parlamentares individuais, deverão observar, no Estado de São Paulo, as exigências pertinentes às transferências voluntárias constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial o disposto no artigo 25 da lei;

d) Deve ser efetuada prévia consulta ao CADIN ESTADUAL para a realização de transferências especiais destinadas a despesas de capital, nos termos do artigo 6º, inciso III, da Lei nº 12.799/2008;

e) Para as transferências especiais destinadas a despesas de custeio, suficiente a demonstração de adimplência do Município beneficiário na forma do artigo 25, §1º, inciso IV, “a”, da LRF;

f) Caso a Administração pretenda consultar o CADIN para a totalidade das transferências especiais, por se tratar de cadastro único abrangente que reflete a situação de adimplência dos entes federativos, não poderá ser obstada a realização de transferência especial destinada a despesa de custeio caso a obrigação pecuniária vencida e não paga não decorra de “tributos, empréstimos ou financiamentos” devidos ao Estado.

24.1. Reitero, por fim, a necessidade a **oitava da Secretaria de Orçamento e Gestão acerca da operacionalização das transferências especiais sob a ótica orçamentária**, de modo a confirmar as premissas adotadas neste opinativo no tocante à interpretação da Lei nº 12.799/2008.

25. Colhida a manifestação da Secretaria de Orçamento e Gestão, considerando a repercussão para a Administração Pública estadual

21



Autenticado com senha por INÉS MARIA DOS SANTOS COIMBRA DE ALMEIDA PRADO - Chefe / AJG-PGE - 15/03/2022 às 11:11:54.
Documento Nº: 36799044-1546 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=36799044-1546>



SEGOVCAP202213316A



CCCAP2022000559DM



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO
ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE

da orientação ora traçada, **proponho a oitiva da Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral**, nos termos do artigo 21, inciso IX, da Lei Complementar nº 1.270, de 25 de agosto de 2015 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado).

É o parecer. À consideração superior.

ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE, 17

de fevereiro de 2022.

CAMILA ROCHA CUNHA VIANA
Procuradora do Estado Assistente

P61/2022/CRCV/deb



SEGOVCAP202213316A



CCCAP2022000559DM



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO
ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE

PROCESSO CC-EXP-2022/00149
INTERESSADO Secretaria da Casa Civil
ASSUNTO ORÇAMENTO. Orçamento impositivo.

Aprovo o parecer retro, que recomendou a observância das exigências pertinentes às transferências voluntárias constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal para a realização de transferências especiais a Municípios paulistas e de prévia consulta ao CADIN ESTADUAL para a realização de transferências especiais aplicadas em despesas de capital.

Endosso, outrossim, a proposta de oitiva da Secretaria de Orçamento e Gestão acerca da operacionalização das transferências especiais sob a ótica orçamentária.

Por fim, considerando a repercussão para a Administração Pública estadual da orientação traçada no opinativo, coloco-me de acordo com a proposta de oitiva da Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral, nos termos do artigo 21, inciso IX, da Lei Complementar nº 1.270, de 25 de agosto de 2015 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado).



SEGOVCAP202213316A



CCCAP2022000559DM



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO
ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE

Com tais considerações, encaminhe-se o expediente à Secretaria de Orçamento e Gestão, na forma proposta pelo opinativo, e, após, à Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral.

GPG., 14 de março de 2022.

INÊS M. S. COIMBRA DE ALMEIDA PRADO
Procuradora do Estado Assessora Chefe

P61/2022/CRCV/deb

24



Autenticado com senha por INÊS MARIA DOS SANTOS COIMBRA DE ALMEIDA PRADO - Chefe / AJG-PGE - 15/03/2022 às 11:11:54.
Documento N°: 36799044-1546 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=36799044-1546>



Assinado com senha por: DANIEL LEÃO BONATTI - 10/05/2022 às 16:13:51
Documento N°: 029783A1200543 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/029783A1200543>



SEGOVCAP202213316A



CCCAP2022000559DM




GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL
Chefia de Gabinete

INTERESSADO :CASA CIVIL
ASSUNTO :EMENDA IMPOSITIVAS – TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS A
QUE SE REFERE O INCISO I, ARTIGO 175-A

Face aos elementos de instrução contidos no presente processo e com base no artigo 42, inciso II, do Decreto 64.462, de 11/09/2019, publicado no DOE 12/09/2019, **AUTORIZO** a despesa no valor de R\$ 68.474.250,12 (sessenta e oito milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, duzentos e cinquenta reais e doze centos) em favor dos municípios descritos abaixo com respectivos valores, para atender o pagamento das referidas emendas em epígrafe, observadas as normas legais e regulamentares.

Encaminhe-se a Unidade de Administração, para prosseguimento.

CHEFIA DE GABINETE, 10 de maio de 2022.


JOEL JOSÉ PINTO DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE
CASA CIVIL





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL
Chefia de Gabinete

ANEXO AO DESPACHO

Demandante	CNPJ	VALOR LIBERADO (R\$)	Processo
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DA PRATA	44.831.733/0001-43	117.000,00	CC-PRC-2022-00006-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE SANTA BARBARA	46.634.226/0001-45	200.000,00	CC-PRC-2022-00008-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE SÃO PEDRO	45.739.174/0001-09	100.000,00	CC-PRC-2022-00011-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAIR	45.152.782/0001-12	80.000,00	CC-PRC-2022-00012-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALUMÍNIO	58.987.629/0001-57	145.307,00	CC-PRC-2022-00015-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARO DE CARVALHO	44.518.488/0001-19	60.000,00	CC-PRC-2022-00020-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA	45.781.176/0001-66	950.000,00	CC-PRC-2022-00022-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE	43.976.166/0001-50	400.000,00	CC-PRC-2022-00024-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGATUBA	46.634.234/0001-91	100.000,00	CC-PRC-2022-00025-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA	46.680.518/0001-14	150.000,00	CC-PRC-2022-00027-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACARIGUAMA	58.993.577/0001-21	100.000,00	CC-PRC-2022-00028-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATUBA	45.511.847/0001-79	795.307,00	CC-PRC-2022-00031-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPEÍ	65.058.984/0001-07	50.000,00	CC-PRC-2022-00033-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA	45.276.128/0001-10	400.000,00	CC-PRC-2022-00035-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS	44.215.846/0001-14	150.000,00	CC-PRC-2022-00036-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREALVA	46.137.428/0001-81	80.000,00	CC-PRC-2022-00038-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREÍAS	45.195.963/0001-26	50.000,00	CC-PRC-2022-00040-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREÍPOLIS	46.634.515/0001-44	100.000,00	CC-PRC-2022-00042-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA	45.735.552/0001-86	150.000,00	CC-PRC-2022-00046-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA	45.735.552/0001-86	150.000,00	CC-PRC-2022-00044-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANAL	45.196.698/0001-09	50.000,00	CC-PRC-2022-00053-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA	46.162.178/0001-30	200.000,00	CC-PRC-2022-00054-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA	46.172.888/0001-40	300.000,00	CC-PRC-2022-00055-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRETOS	44.780.609/0001-04	200.000,00	CC-PRC-2022-00056-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRINHA	45.370.087/0001-27	137.653,00	CC-PRC-2022-00060-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI	46.523.015/0001-35	200.000,00	CC-PRC-2022-00062-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE BATATAIS	45.299.104/0001-87	650.000,00	CC-PRC-2022-00064-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI	46.151.718/0001-80	1.137.653,50	CC-PRC-2022-00066-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITIBA MIRIM	46.523.288/0001-80	100.000,00	CC-PRC-2022-00068-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOFETE	46.634.143/0001-56	100.000,00	CC-PRC-2022-00069-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DE ITARARE	60.123.064/0001-01	150.000,00	CC-PRC-2022-00071-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU	46.634.101/0001-15	219.996,00	CC-PRC-2022-00072-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO ALEGRE	01.614.087/0001-50	460.000,00	CC-PRC-2022-00073-DM

Av. Morumbi, 4500 – Térreo – Sala 04-A – Telefone (11) 2193-8936
CEP 05650-905 – São Paulo/SP

h



CCCAP2022000864DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL
Chefia de Gabinete

Demandante	CNPJ	VALOR LIBERADO (R\$)	Processo
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURI	46.634.382/0001-06	100.000,00	CC-PRC-2022-00077-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABREUVA	46.634.432/0001-55	1.000.000,00	CC-PRC-2022-00103-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAPAVA	45.189.305/0001-21	250.000,00	CC-PRC-2022-00106-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA PAULISTA	45.192.275/0001-02	50.000,00	CC-PRC-2022-00108-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIEIRAS	46.523.064/0001-78	150.000,00	CC-PRC-2022-00109-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR	46.523.023/0001-81	100.000,00	CC-PRC-2022-00110-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJOBI	46.614.400/0001-98	80.000,00	CC-PRC-2022-00111-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE	67.360.404/0001-67	100.000,00	CC-PRC-2022-00113-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	51.885.242/0001-40	550.000,00	CC-PRC-2022-00115-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA	45.780.095/0001-41	1.000.000,00	CC-PRC-2022-00116-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDAO	45.699.626/0001-76	200.000,00	CC-PRC-2022-00117-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANANEIA	46.585.956/0001-01	200.000,00	CC-PRC-2022-00119-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAS	01.619.207/0001-01	50.000,00	CC-PRC-2022-00121-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIDO RODRIGUES	45.374.261/0001-00	250.000,00	CC-PRC-2022-00124-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPAO BONITO	46.634.259/0001-95	270.000,00	CC-PRC-2022-00125-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIVARI	44.723.674/0001-90	150.000,00	CC-PRC-2022-00126-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPICUIBA	44.892.693/0001-40	4.462.960,50	CC-PRC-2022-00127-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARDOSO	46.599.825/0001-75	100.000,00	CC-PRC-2022-00128-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVA	45.122.603/0001-02	200.000,00	CC-PRC-2022-00130-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CESAR	46.634.184/0001-42	600.000,00	CC-PRC-2022-00132-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES	44.563.575/0001-98	100.000,00	CC-PRC-2022-00136-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINA	45.291.234/0001-73	400.000,00	CC-PRC-2022-00157-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAL	45.331.188/0001-99	200.000,00	CC-PRC-2022-00159-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSMOPOLIS	44.730.331/0001-52	270.000,00	CC-PRC-2022-00166-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRAVINHOS	45.228.319/0001-07	500.000,00	CC-PRC-2022-00169-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO	46.668.596/0001-01	130.000,00	CC-PRC-2022-00172-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHA	45.704.053/0001-21	200.000,00	CC-PRC-2022-00175-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCALVADO	46.732.442/0001-23	100.000,00	CC-PRC-2022-00177-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA	46.523.247/0001-93	100.000,00	CC-PRC-2022-00180-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS CORREGOS	45.671.120/0001-59	200.000,00	CC-PRC-2022-00184-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUMONT	46.940.888/0001-43	400.000,00	CC-PRC-2022-00188-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ECHAPORA	44.470.300/0001-00	100.000,00	CC-PRC-2022-00190-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO	45.089.885/0001-85	100.000,00	CC-PRC-2022-00192-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELIAS FAUSTO	44.723.740/0001-21	150.000,00	CC-PRC-2022-00194-DM

Av. Morumbi, 4500 – Térreo – Sala 04-A – Telefone (11) 2193-8936
 CEP 05650-905 – São Paulo/SP

h



CCCAP2022000864DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL
Chefia de Gabinete

Demandante	CNPJ	VALOR LIBERADO (R\$)	Processo
PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU DAS ARTES	46.523.114/0001-17	300.000,00	CC-PRC-2022-00197-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU GUACU	46.523.148/0001-01	150.000,00	CC-PRC-2022-00201-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL	45.739.083/0001-73	100.000,00	CC-PRC-2022-00213-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTIVA GERBI	67.168.856/0001-41	60.000,00	CC-PRC-2022-00207-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	67.662.437/0001-61	150.000,00	CC-PRC-2022-00210-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA	46.223.707/0001-68	50.000,00	CC-PRC-2022-00215-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORA RICA	44.925.279/0001-90	150.000,00	CC-PRC-2022-00217-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCO DA ROCHA	46.523.080/0001-60	100.000,00	CC-PRC-2022-00237-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL SALGADO	45.660.610/0001-50	300.000,00	CC-PRC-2022-00224-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE GETULINA	44.528.842/0001-96	145.307,00	CC-PRC-2022-00226-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIACU	45.728.326/0001-78	250.000,00	CC-PRC-2022-00228-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI	46.596.318/0001-88	70.000,00	CC-PRC-2022-00231-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETA	46.680.500/0001-12	650.131,31	CC-PRC-2022-00234-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJA	44.959.021/0001-04	200.000,00	CC-PRC-2022-00243-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS	46.319.000/0001-50	1.000.000,00	CC-PRC-2022-00246-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERCULANDIA	44.568.277/0001-90	265.307,00	CC-PRC-2022-00248-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA	67.172.437/0001-83	540.000,00	CC-PRC-2022-00251-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLANDIA	67.995.027/0001-32	1.000.000,00	CC-PRC-2022-00253-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE IACRI	45.547.395/0001-85	200.000,00	CC-PRC-2022-00256-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE IARAS	57.263.949/0001-00	100.000,00	CC-PRC-2022-00258-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIUNA	46.634.531/0001-37	140.000,00	CC-PRC-2022-00263-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICEM	45.726.742/0001-37	70.000,00	CC-PRC-2022-00266-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAPE	45.550.167/0001-64	200.000,00	CC-PRC-2022-00269-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE INUBIA PAULISTA	44.919.611/0001-03	100.000,00	CC-PRC-2022-00271-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMAPOLIS	45.786.159/0001-11	150.000,00	CC-PRC-2022-00275-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERA	46.634.374/0001-60	200.000,00	CC-PRC-2022-00277-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJOBÍ	45.126.851/0001-13	100.000,00	CC-PRC-2022-00279-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHAEIM	46.578.498/0001-75	100.000,00	CC-PRC-2022-00281-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA DA SERRA	46.523.130/0001-00	780.000,00	CC-PRC-2022-00285-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI	46.523.031/0001-28	200.000,00	CC-PRC-2022-00291-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUI	46.189.726/0001-15	100.000,00	CC-PRC-2022-00300-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA	46.316.600/0001-64	797.653,50	CC-PRC-2022-00296-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARARE	46.634.390/0001-52	200.000,00	CC-PRC-2022-00294-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARIRI	46.578.522/0001-76	50.000,00	CC-PRC-2022-00292-DM

Av. Morumbi, 4500 – Térreo – Sala 04-A – Telefone (11) 2193-8936
 CEP 05650-905 – São Paulo/SP

fa



CCCAP2022000864DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL
Chefia de Gabinete

Demandante	CNPJ	VALOR LIBERADO (R\$)	Processo
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA	50.122.571/0001-77	200.000,00	CC-PRC-2022-00289-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA	46.634.127/0001-63	100.000,00	CC-PRC-2022-00286-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA	46.313.714/0001-50	100.000,00	CC-PRC-2022-00284-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUA	45.317.955/0001-05	250.000,00	CC-PRC-2022-00282-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPEVA	45.780.061/0001-57	550.000,00	CC-PRC-2022-00278-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICABAL	50.387.844/0001-05	250.000,00	CC-PRC-2022-00276-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREI	46.694.139/0001-83	150.000,00	CC-PRC-2022-00274-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA	46.582.185/0001-90	200.000,00	CC-PRC-2022-00304-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMBEIRO	45.190.824/0001-00	50.000,00	CC-PRC-2022-00301-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU	45.780.079/0001-59	250.000,00	CC-PRC-2022-00299-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOANOPOLIS	45.290.418/0001-19	200.000,00	CC-PRC-2022-00290-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAI	45.780.103/0001-50	400.307,00	CC-PRC-2022-00287-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUIA	46.585.964/0001-40	405.307,00	CC-PRC-2022-00280-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUITIBA	46.523.155/0001-03	160.000,00	CC-PRC-2022-00272-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRINHAS	45.200.029/0001-55	250.000,00	CC-PRC-2022-00267-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE LENCOIS PAULISTA	46.200.846/0001-76	450.000,00	CC-PRC-2022-00265-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA	45.132.495/0001-40	210.000,00	CC-PRC-2022-00270-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE LORENA	47.563.739/0001-75	100.000,00	CC-PRC-2022-00264-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOURDES	59.767.921/0001-27	300.000,00	CC-PRC-2022-00262-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOUVEIRA	46.363.933/0001-44	140.000,00	CC-PRC-2022-00259-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCILIA	44.919.918/0001-04	250.000,00	CC-PRC-2022-00256-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIS ANTONIO	45.368.016/0001-90	300.000,00	CC-PRC-2022-00255-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZIANIA	44.441.558/0001-88	400.000,00	CC-PRC-2022-00252-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACATUBA	46.200.853/0001-78	200.000,00	CC-PRC-2022-00260-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAL	51.848.943/0001-00	165.307,00	CC-PRC-2022-00257-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA	45.660.628/0001-51	100.000,00	CC-PRC-2022-00254-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABA PAULISTA	45.725.355/0001-86	50.000,00	CC-PRC-2022-00250-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATAO	45.270.188/0001-26	100.000,00	CC-PRC-2022-00247-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUELOPOLIS	45.353.307/0001-04	350.000,00	CC-PRC-2022-00239-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRACATU	46.583.654/0001-96	100.000,00	CC-PRC-2022-00235-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDOPOLIS	44.438.968/0001-70	100.000,00	CC-PRC-2022-00232-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DO PARANAPANEMA	44.937.365/0001-12	300.000,00	CC-PRC-2022-00245-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA	44.763.928/0001-01	270.000,00	CC-PRC-2022-00241-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES	46.523.270/0001-88	350.000,00	CC-PRC-2022-00236-DM

Av. Morumbi, 4500 – Térreo – Sala 04-A – Telefone (11) 2193-8936
 CEP 05650-905 – São Paulo/SP

h



CCCAP2022000864DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL
Chefia de Gabinete

Demandante	CNPJ	VALOR LIBERADO (R\$)	Processo
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUACU	45.301.264/0001-13	250.000,00	CC-PRC-2022-00233-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM	45.332.095/0001-89	250.000,00	CC-PRC-2022-00230-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONGAGUA	46.578.506/0001-83	100.000,00	CC-PRC-2022-00218-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALTO	51.816.247/0001-11	70.000,00	CC-PRC-2022-00216-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL PAULISTA	52.942.380/0001-87	100.000,00	CC-PRC-2022-00225-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORUNGABA	45.755.238/0001-65	200.000,00	CC-PRC-2022-00223-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE NANTES	01.557.530/0001-06	150.000,00	CC-PRC-2022-00221-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE NARANDIBA	44.857.027/0001-70	100.000,00	CC-PRC-2022-00219-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARE PAULISTA	45.279.643/0001-54	150.000,00	CC-PRC-2022-00212-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA EUROPA	71.989.982/0001-34	2.000.000,00	CC-PRC-2022-00208-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ODESSA	45.781.184/0001-02	150.000,00	CC-PRC-2022-00205-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE NUPORANGA	46.754.388/0001-17	300.000,00	CC-PRC-2022-00202-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIMPIA	46.596.151/0001-55	200.000,00	CC-PRC-2022-00199-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ONDA VERDE	45.148.699/0001-70	70.000,00	CC-PRC-2022-00196-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLANDIA	45.351.749/0001-11	100.000,00	CC-PRC-2022-00214-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO	46.523.171/0001-04	250.000,00	CC-PRC-2022-00211-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VERDE	44.882.637/0001-24	100.000,00	CC-PRC-2022-00206-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMARES PAULISTA	45.126.992/0001-36	70.000,00	CC-PRC-2022-00209-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE	46.609.731/0001-30	200.000,00	CC-PRC-2022-00203-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBUNA	46.643.474/0001-52	200.000,00	CC-PRC-2022-00198-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPANEMA	46.634.309/0001-34	100.000,00	CC-PRC-2022-00195-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA ACU	45.685.120/0001-08	330.000,00	CC-PRC-2022-00193-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULICEIA	44.918.928/0001-25	100.000,00	CC-PRC-2022-00191-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREGULHO	45.318.466/0001-78	300.000,00	CC-PRC-2022-00186-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA	46.410.775/0001-36	340.000,00	CC-PRC-2022-00182-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO	46.578.530/0001-12	200.000,00	CC-PRC-2022-00179-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENAPOLIS	49.576.416/0001-41	547.653,50	CC-PRC-2022-00178-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PERUIBE	46.578.514/0001-20	450.000,00	CC-PRC-2022-00176-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE	46.634.457/0001-59	100.131,31	CC-PRC-2022-00173-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA	45.226.214/0001-19	450.000,00	CC-PRC-2022-00170-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIQUETE	47.563.325/0001-46	50.000,00	CC-PRC-2022-00165-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACAIA	45.279.627/0001-61	550.000,00	CC-PRC-2022-00189-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA	46.341.038/0001-29	500.000,00	CC-PRC-2022-00185-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGI	45.343.969/0001-01	80.000,00	CC-PRC-2022-00174-DM

Av. Morumbi, 4500 – Térreo – Sala 04-A – Telefone (11) 2193-8936
CEP 05650-905 – São Paulo/SP

Handwritten signature



CCCAP2022000864DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL
Chefia de Gabinete

Demandante	CNPJ	VALOR LIBERADO (R\$)	Processo
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS	46.523.007/0001-99	50.000,00	CC-PRC-2022-00171-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA	45.731.650/0001-45	300.000,00	CC-PRC-2022-00167-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE POA	55.021.455/0001-85	200.000,00	CC-PRC-2022-00161-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA	44.483.444/0001-09	100.000,00	CC-PRC-2022-00160-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORANGABA	46.634.580/0001-70	50.000,00	CC-PRC-2022-00155-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA	45.339.363/0001-94	450.000,00	CC-PRC-2022-00154-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIRENDABA	45.094.901/0001-28	100.000,00	CC-PRC-2022-00149-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOPOLIS	48.664.296/0001-71	700.000,00	CC-PRC-2022-00147-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATANIA	01.576.782/0001-74	100.000,00	CC-PRC-2022-00144-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE	55.356.653/0001-08	450.000,00	CC-PRC-2022-00143-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSAO	44.558.856/0001-52	70.000,00	CC-PRC-2022-00139-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATA	44.547.313/0001-30	100.000,00	CC-PRC-2022-00163-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZ	46.670.931/0001-06	200.000,00	CC-PRC-2022-00156-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUINTANA	44.569.051/0001-04	100.000,00	CC-PRC-2022-00153-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO	45.685.872/0001-79	350.000,00	CC-PRC-2022-00150-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO PIRES	46.522.967/0001-34	120.000,00	CC-PRC-2022-00142-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO PRETO	56.024.581/0001-56	200.000,00	CC-PRC-2022-00145-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO	45.774.064/0001-88	150.000,00	CC-PRC-2022-00140-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSANA	67.662.452/0001-00	290.000,00	CC-PRC-2022-00137-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSEIRA	45.212.008/0001-50	100.000,00	CC-PRC-2022-00135-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALES OLIVEIRA	46.756.029/0001-07	250.000,00	CC-PRC-2022-00133-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALESOPOLIS	46.523.296/0001-26	100.000,00	CC-PRC-2022-00123-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTINHO	66.831.959/0001-87	100.000,00	CC-PRC-2022-00120-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO	46.634.507/0001-06	150.000,00	CC-PRC-2022-00104-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA D'OESTE	46.422.408/0001-52	500.000,00	CC-PRC-2022-00107-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO	46.231.890/0001-43	100.000,00	CC-PRC-2022-00105-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FE DO SUL	45.138.070/0001-49	200.000,00	CC-PRC-2022-00101-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES	45.732.377/0001-73	50.000,00	CC-PRC-2022-00100-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL	56.900.848/0001-21	70.000,00	CC-PRC-2022-00099-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUCIA	45.282.704/0001-32	1.397.653,50	CC-PRC-2022-00098-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA PONTE PENSA	45.138.088/0001-40	50.654,00	CC-PRC-2022-00097-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	45.302.130/0001-17	100.000,00	CC-PRC-2022-00095-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE POSSE	45.331.196/0001-35	90.000,00	CC-PRC-2022-00094-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	59.764.399/0001-20	150.000,00	CC-PRC-2022-00092-DM

Av. Morumbi, 4500 – Térreo – Sala 04-A – Telefone (11) 2193-8936
 CEP 05650-905 – São Paulo/SP

h



CCCAP2022000864DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL
Chefia de Gabinete

Demandante	CNPJ	VALOR LIBERADO (R\$)	Processo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PINHAL	45.701.455/0001-72	50.000,00	CC-PRC-2022-00093-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CAETANO DO SUL	59.307.595/0001-75	150.000,00	CC-PRC-2022-00302-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO BARREIRO	45.200.623/0001-46	50.000,00	CC-PRC-2022-00089-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO PARDO	45.741.659/0001-37	350.000,00	CC-PRC-2022-00088-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO LOURENCO DA SERRA	59.058.131/0001-72	200.000,00	CC-PRC-2022-00087-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MANUEL	46.634.523/0001-90	1.000.000,00	CC-PRC-2022-00086-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PAULO	46.395.000/0001-39	3.747.654,00	CC-PRC-2022-00084-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO SEBASTIAO DA GRAMA	45.741.527/0001-05	100.000,00	CC-PRC-2022-00082-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO VICENTE	46.177.523/0001-09	600.000,00	CC-PRC-2022-00081-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA	44.847.663/0001-11	100.000,00	CC-PRC-2022-00079-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANA	44.229.813/0001-23	100.000,00	CC-PRC-2022-00080-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAOZINHO	45.371.820/0001-28	100.000,00	CC-PRC-2022-00076-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE BARRAS	46.587.275/0001-74	250.000,00	CC-PRC-2022-00067-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERINIA	46.596.235/0001-99	300.000,00	CC-PRC-2022-00074-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOCORRO	46.444.063/0001-38	120.000,00	CC-PRC-2022-00065-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA	46.634.044/0001-74	850.000,00	CC-PRC-2022-00063-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARE	45.787.660/0001-00	745.307,00	CC-PRC-2022-00061-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO	46.523.056/0001-21	200.000,00	CC-PRC-2022-00052-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABOAO DA SERRA	46.523.122/0001-63	250.000,00	CC-PRC-2022-00058-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE TACIBA	55.354.302/0001-50	150.000,00	CC-PRC-2022-00049-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIACU	44.544.690/0001-15	80.000,00	CC-PRC-2022-00047-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBÁU	46.373.445/0001-18	50.000,00	CC-PRC-2022-00045-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRATIBA	45.742.707/0001-01	250.000,00	CC-PRC-2022-00043-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARAL	01.610.390/0001-84	320.000,00	CC-PRC-2022-00041-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA	72.130.818/0001-30	50.000,00	CC-PRC-2022-00039-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARABAI	44.873.396/0001-57	50.000,00	CC-PRC-2022-00034-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUI	46.634.564/0001-87	500.000,00	CC-PRC-2022-00032-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATE	45.176.005/0001-08	200.000,00	CC-PRC-2022-00030-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO	44.951.515/0001-42	200.000,00	CC-PRC-2022-00029-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPA	44.573.087/0001-61	250.000,00	CC-PRC-2022-00037-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA	46.465.126/0001-32	250.000,00	CC-PRC-2022-00023-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBATUBA	46.482.857/0001-96	1.050.000,00	CC-PRC-2022-00021-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE UCHOA	45.111.952/0001-10	200.000,00	CC-PRC-2022-00019-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE URU	44.556.207/0001-12	100.000,00	CC-PRC-2022-00018-DM

Av. Morumbi, 4500 – Térreo – Sala 04-A – Telefone (11) 2193-8936
CEP 05650-905 – São Paulo/SP

h



CCCAP2022000864DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL
Chefia de Gabinete

Demandante	CNPJ	VALOR LIBERADO (R\$)	Processo
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE DO SUL	46.248.837/0001-55	100.000,00	CC-PRC-2022-00010-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA PAULISTA	45.780.087/0001-03	250.000,00	CC-PRC-2022-00007-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ	72.887.078/0001-80	250.000,00	CC-PRC-2022-00004-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO	46.446.696/0001-85	200.000,00	CC-PRC-2022-00002-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA	46.599.809/0001-82	200.000,00	CC-PRC-2022-00001-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADAMANTINA	43.008.291/0001-77	150.000,00	CC-PRC-2022-00003-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO	43.206.424/0001-10	70000,00	CC-PRC-2022-00017-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS	46.179.941/0001-35	50.131,31	CC-PRC-2022-00048-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE AVAI	46.137.436/0001-28	300.000,00	CC-PRC-2022-00050-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRINHA	45.370.087/0001-27	80.000,00	CC-PRC-2022-00059-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOITUVA	46.634.499/0001-90	100.000,00	CC-PRC-2022-00070-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURI	46.634.382/0001-06	150.000,00	CC-PRC-2022-00075-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITAMA	44.435.121/0001-31	200.000,00	CC-PRC-2022-00102-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE	67.360.404/0001-67	50.000,00	CC-PRC-2022-00112-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	51.885.242/0001-40	200.000,00	CC-PRC-2022-00114-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS PAULISTA	46.787.644/0001-72	50.000,00	CC-PRC-2022-00118-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIDO MOTA	46.179.958/0001-92	50.000,00	CC-PRC-2022-00122-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTILHO	45.663.556/0001-04	50.000,00	CC-PRC-2022-00129-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVA	45.122.603/0001-02	200.000,00	CC-PRC-2022-00131-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CESAR	46.634.184/0001-42	60.000,00	CC-PRC-2022-00134-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAL	45.331.188/0001-99	130.000,00	CC-PRC-2022-00164-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA	46.523.247/0001-93	300.000,00	CC-PRC-2022-00183-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL	45.739.083/0001-73	300.000,00	CC-PRC-2022-00204-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO MORATO	46.523.072/0001-14	180.000,00	CC-PRC-2022-00220-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCO DA ROCHA	46.523.080/0001-60	100.000,00	CC-PRC-2022-00222-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	48.664.304/0001-80	150.000,00	CC-PRC-2022-00240-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATINGA	45.321.460/0001-50	100.000,00	CC-PRC-2022-00261-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU	44.563.583/0001-34	50.000,00	CC-PRC-2022-00273-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA DA SERRA	46.523.130/0001-00	350.000,00	CC-PRC-2022-00283-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVA	46.634.358/0001-77	60.000,00	CC-PRC-2022-00288-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI	46.523.031/0001-28	100.000,00	CC-PRC-2022-00293-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA	46.634.408/0001-16	100.000,00	CC-PRC-2022-00297-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA	46.410.866/0001-71	200.000,00	CC-PRC-2022-00304-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOANOPOLIS	45.290.418/0001-19	100.131,31	CC-PRC-2022-00295-DM

Av. Morumbi, 4500 – Térreo – Sala 04-A – Telefone (11) 2193-8936
CEP 05650-905 – São Paulo/SP

h



CCCAP2022000864DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL
Chefia de Gabinete

Demandante	CNPJ	VALOR LIBERADO (R\$)	Processo
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINS	44.531.788/0001-38	50.000,00	CC-PRC-2022-00268-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUTECIA	44.544.880/0001-32	200.000,00	CC-PRC-2022-00249-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUELOPOLIS	45.353.307/0001-04	100.000,00	CC-PRC-2022-00242-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DO PARANAPANEMA	44.937.365/0001-12	150.000,00	CC-PRC-2022-00229-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA	44.763.928/0001-01	200.000,00	CC-PRC-2022-00244-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES	46.523.270/0001-88	75.000,00	CC-PRC-2022-00238-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM	45.332.095/0001-89	180.000,00	CC-PRC-2022-00227-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUACU PAULISTA	44.547.305/0001-93	100.000,00	CC-PRC-2022-00200-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS	46.189.718/0001-79	200.000,00	CC-PRC-2022-00187-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIQUEROBI	54.279.674/0001-04	100.000,00	CC-PRC-2022-00168-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA	46.341.038/0001-29	250.000,00	CC-PRC-2022-00181-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA	45.731.650/0001-45	140.000,00	CC-PRC-2022-00162-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA	44.483.444/0001-09	50.000,00	CC-PRC-2022-00158-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA	45.339.363/0001-94	250.000,00	CC-PRC-2022-00151-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOPOLIS	48.664.296/0001-71	100.000,00	CC-PRC-2022-00146-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE	55.356.653/0001-08	300.000,00	CC-PRC-2022-00141-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFARD	44.723.757/0001-89	400.000,00	CC-PRC-2022-00152-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO BONITO	45.355.914/0001-03	100.000,00	CC-PRC-2022-00148-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO	45.774.064/0001-88	300.000,00	CC-PRC-2022-00138-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRE	46.522.942/0001-30	200.000,00	CC-PRC-2022-00096-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOPOLIS DO AGUAPEI	44.445.054/0001-36	100.000,00	CC-PRC-2022-00091-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BERNARDO DO CAMPO	46.523.239/0001-47	270.000,00	CC-PRC-2022-00090-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS	45.358.249/0001-01	50.000,00	CC-PRC-2022-00298-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PAULO	46.395.000/0001-39	150.000,00	CC-PRC-2022-00085-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO ROQUE	70.946.009/0001-75	124.999,00	CC-PRC-2022-00083-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAOZINHO	45.371.820/0001-28	100.000,00	CC-PRC-2022-00078-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABOAO DA SERRA	46.523.122/0001-63	200.000,00	CC-PRC-2022-00051-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA	72.130.818/0001-30	100.000,00	CC-PRC-2022-00057-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBE	46.638.714/0001-20	500.000,00	CC-PRC-2022-00026-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENTIM GENTIL	46.599.833/0001-11	70.000,00	CC-PRC-2022-00016-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALINHOS	45.787.678/0001-02	247.500,00	CC-PRC-2022-00013-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE DO SUL	46.248.837/0001-55	147.653,50	CC-PRC-2022-00014-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE PAULISTA	51.455.087/0001-22	350.000,00	CC-PRC-2022-00009-DM
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ	72.887.078/0001-80	100.000,00	CC-PRC-2022-00005-DM

Av. Morumbi, 4500 – Térreo – Sala 04-A – Telefone (11) 2193-8936
CEP 05650-905 – São Paulo/SP

12



Assinado com senha por: DANIEL LEÃO BONATTI - 11/05/2022 às 13:27:31
Documento N°: 029783A1205625 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/029783A1205625>



CCCAP2022000864DM



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Rodrigo Garcia - Governador

Palácio dos Bandeirantes • Av. Morumbi 4.500 • Morumbi • São Paulo • CEP 05650-000 • Tel. 2193-8000

Volume 132 • Número 91 • São Paulo, terça-feira, 10 de maio de 2022

Poder
EXECUTIVO
seção I

Prodesp
Sua conexão com o futuro.

DECRETOS

DECRETO Nº 66.710, DE 9 DE MAIO DE 2022

Altera o Decreto nº 66.648, de 11 de abril de 2022, que reorganizou a Coordenação de Recursos Humanos, da Secretaria da Saúde

RODRIGO GARCIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º - O artigo 22 do Decreto nº 66.648, de 11 de abril de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 22 - Para efeito da concessão do "pro labore" de que trata o artigo 28 da Lei nº 10.168, de 10 de julho de 1968, ficam classificadas as funções de serviço público, adiante discriminadas, na seguinte conformidade:

I - 10 (dez) de Diretor I, destinadas ao:

a) Núcleo de Apoio Administrativo;

b) Núcleo de Cargos e Funções, do Centro de Controle de Recursos Humanos, do Grupo de Apoio ao Desenvolvimento Institucional;

c) Núcleo de Movimentação de Pessoal, do Centro de Controle de Recursos Humanos, do Grupo de Apoio ao Desenvolvimento Institucional;

d) Núcleo de Apoio Administrativo, do Grupo de Desenvolvimento de Recursos Humanos;

e) Núcleo de Apoio Operacional, do Centro de Formação de Recursos Humanos para o Sistema Único de Saúde - SUS/SP "Dr. Antônio Guilherme de Souza", do Grupo de Desenvolvimento de Recursos Humanos;

f) Núcleo de Apoio Administrativo, do Centro de Formação de Recursos Humanos para o Sistema Único de Saúde - SUS/SP "Profª Maria Helena de Oliveira e Silva De Nardi" de Araraquara, do Grupo de Desenvolvimento de Recursos Humanos;

g) Núcleo de Apoio à Seleção, do Centro de Planejamento dos Processos de Recrutamento e Seleção, do Grupo de Apoio ao Desenvolvimento Institucional;

h) Núcleo de Frequência e Expediente de Pessoal, do Centro de Pessoal da Administração Superior e da Sede, do Grupo de Gestão de Pessoas;

i) Núcleo de Cadastro e Registro Funcional, do Centro de Pessoal da Administração Superior e da Sede, do Grupo de Gestão de Pessoas;

j) Arquivo Intermediário, do Centro Administrativo.

II - 6 (seis) de Diretor Técnico I, destinadas ao:

a) Núcleo de Projetos Pedagógicos, do Centro de Formação de Recursos Humanos para o Sistema Único de Saúde - SUS/SP "Profª Maria Helena de Oliveira e Silva De Nardi" de Araraquara, do Grupo de Desenvolvimento de Recursos Humanos;

b) Núcleo de Comunicação e Múltiplos, do Centro de Formação de Recursos Humanos para o Sistema Único de Saúde - SUS/SP "Profª Maria Helena de Oliveira e Silva De Nardi" de Araraquara, do Grupo de Desenvolvimento de Recursos Humanos;

c) Núcleo de Recrutamento e Seleção, do Centro de Planejamento dos Processos de Recrutamento e Seleção, do Grupo de Apoio ao Desenvolvimento Institucional;

d) Núcleo de Consolidação do Tempo de Serviço, do Grupo de Gestão de Pessoas;

e) Núcleo de Apoio Técnico, do Centro de Promoção, do Grupo de Gestão de Pessoas;

f) Núcleo de Execução e Cálculo das Demandas Extraordinárias, do Centro de Gestão dos Processos de Incentivo, do Grupo de Gestão de Pessoas.

III - 3 (três) de Diretor Técnico II, destinadas ao:

a) Centro de Promoção, do Grupo de Gestão de Pessoas;

b) Centro Administrativo;

c) Centro de Gestão dos Processos de Incentivo, do Grupo de Gestão de Pessoas.

Parágrafo único - Será exigido dos servidores designados para funções de serviço público classificadas nos termos deste artigo o preenchimento dos requisitos mínimos de escolaridade e experiência profissional fixados nos termos do Anexo IV da Lei Complementar nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008. (NR)

Artigo 2º - Fica acrescentada ao inciso IV do artigo 4º do Decreto nº 66.648, de 11 de abril de 2022, a alínea "f", com a seguinte redação:

"f) o Centro de Gestão dos Processos de Incentivo;"

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de abril de 2022.

Palácio dos Bandeirantes, 9 de maio de 2022.

RODRIGO GARCIA

Marcos Rodrigues Penido

Secretário de Governo

Jiancarlo Gorichitayn

Secretário da Saúde

Cauê Macris

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Secretaria de Governo, aos 9 de maio de 2022.

DECRETO Nº 66.711, DE 9 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal na Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho-UNESP visando ao atendimento de Despesas Correntes e de Capital

RODRIGO GARCIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei nº 17.387, de 22 de julho de 2021 e na Lei nº 17.498, de 29 de dezembro de 2021,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito de R\$ 919.150.000,00 (Novecentos e noventa milhões, cento e cinquenta mil reais),

suplementar ao orçamento da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho-UNESP, observando-se as classificações Institucional, Econômica, Funcional e Programática, conforme a Tabela 1, anexa.

Artigo 2º - O crédito aberto pelo artigo anterior será coberto com recursos a que alude o inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, de conformidade com a legislação discriminada na Tabela 3, anexa.

Artigo 3º - Fica alterada a Programação Orçamentária da Despesa do Estado, estabelecida pelo Anexo, de que trata o artigo 8º, do Decreto nº 66.436, de 13 de janeiro de 2022, de conformidade com a Tabela 2, anexa.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 9 de maio de 2022

RODRIGO GARCIA

Marcos Rodrigues Penido

Secretário de Governo

Nelson Baeta Neves Filho

Secretário de Orçamento e Gestão

Felipe Saurdeley Salto

Secretário da Fazenda e Planejamento

Cauê Macris

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Secretaria de Governo, aos 9 de maio de 2022.

TABELA 1	SUPLEMENTAÇÃO	VALORES EM REAIS		
ORÇAMENTO/ELEMENTO/FUNCIONAL/PROGRAMÁTICA		FR	GD	VALOR

10000 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO

10061 UNIVERSIDADE DE MESQUITA

PLAU-UNESP

3.1.91.13 OBRIGACÖES PATRONAIS 01 450.000.000

3.3.90.18 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES 01 100.000.000

3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 01 150.000

3.3.90.39 OUTROS SEM DE TERCEIROS 01 200.000

4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 01 80.000.000

TOTAL 630.350.000

3.3.90.39 OUTROS SEM DE TERCEIROS 04 256.100.000

4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES 04 1.900.000

TOTAL 258.000.000

3.3.90.39 OUTROS SEM DE TERCEIROS 05 9.050.000

4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES 05 50.000

TOTAL 9.100.000

3.1.91.11 INCREMENTOS E VANTAGENS 44 75.000

3.3.90.39 OUTROS SEM DE TERCEIROS 44 75.000

4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES 44 12.700.000

4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES 44 3.025.000

4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 44 500.000

TOTAL 16.900.000

3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 45 700.000

3.3.90.39 OUTROS SEM DE TERCEIROS 45 3.800.000

4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES 45 900.000

TOTAL 5.400.000

TOTAL GERAL 919.150.000

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

12.122.1043.6351 APOIO TEC. ADM. DO ENS SUP

01 4 266.600.000

TOTAL 01 4 266.600.000

12.363.1043.5305 ENS POS-GRAD. PESQ. UNIV. EST

04 3 229.100.000

04 4 1.000.000

04 4 500.000

01 3 150.000

04 4 50.000

04 4 50.000

TOTAL 01 3 3.450.000

12.364.1043.1151 ADEQUACÖO ESTRUTURA FÍSICA UNIV

01 3 200.000

05 4 50.000

44 4 600.000

44 4 600.000

45 4 1.500.000

45 4 500.000

TOTAL 01 3 4.000.000

12.364.1043.5304 ENS GRADUACÖO NAS UNIV. ESTAD

01 3 100.000.000

01 4 55.000.000

04 4 15.000.000

04 4 850.000

04 1 75.000

04 3 9.000.000

44 4 2.000.000

45 3 700.000

05 3 10.900.000

05 3 1.500.000

44 4 400.000

45 3 2.300.000

01 4 450.000.000

01 1 450.000.000

TOTAL GERAL 919.150.000

REDUÇÖO VALORES EM REAIS

ORÇAMENTO ELEMENTO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA FR GO VALOR

10000 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO

ECONÖMICO

10061 UNIVERSIDADE DE MESQUITA

PLAU-UNESP

01 3 125.000.000

04 1 80.000.000

44 3 16.300.000

44 3 125.000.000

01 3 125.000.000

TOTAL 01 3 480.000.000

ABRIL

3.3.90.18 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES 01 120.000.000

3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 01 145.000.000

3.3.90.39 OUTROS SEM DE TERCEIROS 01 266.000.000

4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 01 70.350.000

TOTAL 630.350.000

3.1.91.13 OBRIGACÖES PATRONAIS 04 165.000.000

3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 04 13.000.000

4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 04 80.000.000

TOTAL 268.000.000

3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 05 8.100.000

TOTAL 9.100.000

3.3.90.39 OUTROS SEM DE TERCEIROS 44 16.300.000

TOTAL 16.300.000

3.3.90.18 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES 45 5.400.000

TOTAL 5.400.000

TOTAL GERAL 919.150.000

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

12.122.1043.6351 APOIO TEC. ADM. DO ENS SUP

01 3 125.000.000

04 1 80.000.000

44 3 16.300.000

44 3 125.000.000

01 3 125.000.000

TOTAL 01 3 480.000.000

ABRIL

12.364.1043.1151 ADEQUACÖO ESTRUTURA FÍSICA UNIV

01 4 70.350.000

04 4 80.000.000

05 3 9.100.000

05 3 163.400.000

01 3 145.000.000

04 3 13.000.000

45 3 5.400.000

12.364.1043.5304 ENS GRADUACÖO NAS UNIV. ESTAD

05 3 170.000.000

12.364.1043.5305 ENS POS-GRADUACÖO PESQ. UNIV. ESTAD

01 3 145.000.000

04 3 13.000.000

45 3 5.400.000

12.364.1043.5306 EXTENSÖO UNIVERSITÄRIO OUT. SEM. COM. UNIV

01 3 170.000.000

12.364.1043.5307 PERMANENCIA ESTUDANTIL

01 3 120.000.000

12.364.1043.5308 CONTR. PARA O REGIME PREV. SERV. CIV

04 1 85.000.000

04 1 85.000.000

TOTAL GERAL 919.150.000

REDUÇÖO VALORES EM REAIS

ORÇAMENTO ELEMENTO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA FR GO VALOR

10000 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÖMICO

10061 UNIVERSIDADE DE MESQUITA PLAU-UNESP

TOTAL 04 3 243.100.000

01 3 120.000.000

04 3 88.000.000

22.980.000

MAIO 22.980.000

JUNHO 22.980.000

JULHO 22.980.000

AGOSTO 22.980.000

SETEMBRO 22.980.000

OUTUBRO 22.980.000

NOVEMBRO 22.980.000

DEZEMBRO 10.440.000

TOTAL 44 4 3.525.000

04 4 3.525.000

ABRIL 3.525.000

TOTAL 01 3 350.000

01 3 350.000

05 4 50.000

05 4 50.000

TOTAL 45 4 900.000

ABRIL 900.000

TOTAL 01 4 64.000.000

01 4 64.000.000

JULHO 17.000.000

AGOSTO 29.350.000

NOVEMBRO 17.650.000

TOTAL 04 4 1.900.000

04 4 1.900.000

NOVEMBRO 1.900.000

TOTAL 44 1 75.000

ABRIL 75.000

TOTAL 01 1 450.000.000

ABRIL 275.350.000

MAIO 78.000.000

JUNHO 83.000.000

JULHO 13.650.000

TOTAL GERAL 763.900.000

REDUÇÖO VALORES EM REAIS

ORÇAMENTO ELEMENTO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA FR GO VALOR

10000 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÖMICO

10061 UNIVERSIDADE DE MESQUITA PLAU-UNESP

TOTAL 01 4 54.350.000

ABRIL

São Paulo, 132 (91) – 3

2022.03.35539	Orsma Delben	Prefeitura Municipal De Hortolândia	0	100	R\$ 200.000,00
2022.03.37342	Dr Jorge De Carmo	Prefeitura Municipal De Ribeirão Preto	100	0	R\$ 100.000,00
2022.03.37541	Dr Jorge De Carmo	Prefeitura Municipal De Itaquaquecetuba	100	0	R\$ 497.653,50
2022.03.37540	Dr Jorge De Carmo	Prefeitura Municipal De Penúbe	0	100	R\$ 250.000,00
2022.03.37539	Dr Jorge De Carmo	Prefeitura Municipal De São Paulo	0	100	R\$ 2.000.000,00
2022.03.35242	Edna Macedo	Prefeitura Municipal De Hortolândia	30	70	R\$ 250.000,00
2022.03.35239	Edna Macedo	Prefeitura Municipal De Santos Antônio Do Aracanga	30	70	R\$ 250.000,00
2022.03.35240	Edna Macedo	Prefeitura Municipal De Pedro Do Toledo	30	70	R\$ 250.000,00
2022.03.35241	Edna Macedo	Prefeitura Municipal De Salto	30	70	R\$ 150.000,00
2022.03.35243	Edna Macedo	Prefeitura Municipal De Iaras	30	70	R\$ 100.000,00
2022.03.35244	Edna Macedo	Prefeitura Municipal De Suzano	30	70	R\$ 100.000,00
2022.03.35245	Edna Macedo	Prefeitura Municipal De Rêa	30	70	R\$ 100.000,00
2022.03.35246	Edna Macedo	Prefeitura Municipal De Nartes	30	70	R\$ 150.000,00
2022.03.35247	Edna Macedo	Prefeitura Municipal De Rondon Sempão	30	70	R\$ 250.000,00
2022.03.35248	Edna Macedo	Prefeitura Municipal De Foz De Iguaçu	30	70	R\$ 150.000,00
2022.03.35250	Edna Macedo	Prefeitura Municipal De Morangaba	30	70	R\$ 100.000,00
2022.03.35251	Edna Macedo	Prefeitura Municipal De Espírito Santo Do Pinhal	30	70	R\$ 100.000,00
2022.03.35252	Edna Macedo	Prefeitura Municipal De Taubaté	30	70	R\$ 150.000,00
2022.03.35253	Edna Macedo	Prefeitura Municipal De Guarulhos	30	70	R\$ 100.000,00
2022.04.36431	Emílio De Souza	Prefeitura Municipal De Pederzob	0	100	R\$ 103.131,31
2022.04.36432	Emílio De Souza	Prefeitura Municipal De Guaiçara	0	100	R\$ 153.139,13
2022.04.37305	Enio Terto	Prefeitura Municipal De Emba Das Artes	30	70	R\$ 300.000,00
2022.04.37306	Enio Terto	Prefeitura Municipal De Rindópolis	30	70	R\$ 100.000,00
2022.04.37303	Enio Terto	Prefeitura Municipal De Registro	30	70	R\$ 100.000,00
2022.04.37302	Enio Terto	Prefeitura Municipal De Ribeirão Preto	30	70	R\$ 100.000,00
2022.04.37301	Enio Terto	Prefeitura Municipal De Embu Guapuaçu	30	70	R\$ 100.000,00
2022.04.37300	Enio Terto	Prefeitura Municipal De Embu Guapuaçu	30	70	R\$ 50.000,00
2022.04.37299	Enio Terto	Prefeitura Municipal De Leme	30	70	R\$ 150.000,00
2022.04.37298	Enio Terto	Prefeitura Municipal De Caraguatatuba	30	70	R\$ 300.000,00
2022.04.37297	Enio Terto	Prefeitura Municipal De Aracatuba	30	70	R\$ 150.000,00
2022.04.37296	Enio Terto	Prefeitura Municipal De Itaquaquecetuba De Serra	30	70	R\$ 550.000,00
2022.04.37295	Enio Terto	Prefeitura Municipal De Ubatuba	30	70	R\$ 400.000,00
2022.04.35752	Edson Galvão	Prefeitura Municipal De Uchoa	0	100	R\$ 200.000,00
2022.04.35871	Edson Galvão	Prefeitura Municipal De Lavrinópolis	0	100	R\$ 200.000,00
2022.04.35870	Edson Galvão	Prefeitura Municipal De Piratuba	0	100	R\$ 200.000,00
2022.04.35867	Gi Dani	Prefeitura Municipal De Presidente Prudente	0	100	R\$ 150.000,00
2022.04.35838	Gi Dani	Prefeitura Municipal De Itirapina	0	100	R\$ 100.000,00
2022.04.35839	Gi Dani	Prefeitura Municipal De Pirassununga	0	100	R\$ 200.000,00
2022.04.35840	Gi Dani	Prefeitura Municipal De Sorocaba	100	0	R\$ 200.000,00
2022.04.35841	Gi Dani	Prefeitura Municipal De Santa Fé Do Sul	0	100	R\$ 200.000,00
2022.04.35842	Gi Dani	Prefeitura Municipal De Natividade	0	100	R\$ 200.000,00
2022.04.35843	Gi Dani	Prefeitura Municipal De Santa Bárbara	0	100	R\$ 200.000,00
2022.04.35844	Gi Dani	Prefeitura Municipal De Patiguara Açú	0	100	R\$ 150.000,00
2022.04.35845	Gi Dani	Prefeitura Municipal De Itaquaquecetuba	0	100	R\$ 300.000,00
2022.04.35846	Gi Dani	Prefeitura Municipal De Aracatuba	0	100	R\$ 100.000,00
2022.04.35847	Gi Dani	Prefeitura Municipal De Aracatuba	0	100	R\$ 100.000,00
2022.04.35848	Gi Dani	Prefeitura Municipal De Santa Bárbara	0	100	R\$ 150.000,00
2022.04.35849	Gi Dani	Prefeitura Municipal De Ubatuba	100	0	R\$ 150.000,00
2022.04.35850	Gi Dani	Prefeitura Municipal De Marília	100	0	R\$ 100.000,00
2022.04.35842	Heni Ozs Kukler	Prefeitura Municipal De São Paulo	0	100	R\$ 27.654,40
2022.04.36841	Heni Ozs Kukler	Prefeitura Municipal De Itupeva	0	100	R\$ 100.000,00
2022.052.38005	Jorge Canuto	Prefeitura Municipal De Elias Rolim	30	70	R\$ 150.000,00
2022.052.38006	Jorge Canuto	Prefeitura Municipal De Hortolândia	30	70	R\$ 150.000,00
2022.052.38007	Jorge Canuto	Prefeitura Municipal De Mogi Mirim	30	70	R\$ 150.000,00
2022.052.38008	Jorge Canuto	Prefeitura			



2022.075.35822	Reisel Silva	Prefeitura Municipal De Dumont	30	70	R\$ 400.000,00
2022.075.35821	Reisel Silva	Prefeitura Municipal De Caminhos	30	70	R\$ 500.000,00
2022.075.35820	Reisel Silva	Prefeitura Municipal De Célia	30	70	R\$ 300.000,00
2022.075.37360	Reisel Silva	Prefeitura Municipal De Igarabá	30	70	R\$ 50.000,00
2022.076.36296	Reila Zimbardi	Prefeitura Municipal De Americana	30	70	R\$ 150.000,00
2022.076.36295	Reila Zimbardi	Prefeitura Municipal De Ubatuba	30	70	R\$ 400.000,00
2022.076.36294	Reila Zimbardi	Prefeitura Municipal De Jundiaí	30	70	R\$ 200.000,00
2022.076.36293	Reila Zimbardi	Prefeitura Municipal De Juruá	30	70	R\$ 150.000,00
2022.076.36292	Reila Zimbardi	Prefeitura Municipal De Itapetininga	30	70	R\$ 400.000,00
2022.077.38075	Renato Alzug	Prefeitura Municipal De Alegre De Carvalho	0	100	R\$ 50.000,00
2022.077.38074	Renato Alzug	Prefeitura Municipal De São João	0	100	R\$ 200.000,00
2022.077.38073	Renato Alzug	Prefeitura Municipal De Paulista	0	100	R\$ 100.000,00
2022.077.38072	Renato Alzug	Prefeitura Municipal De Lucélia	0	100	R\$ 250.000,00
2022.077.38071	Renato Alzug	Prefeitura Municipal De Mirandópolis	0	100	R\$ 100.000,00
2022.077.38070	Renato Alzug	Prefeitura Municipal De Águas De Santa Bárbara	0	100	R\$ 200.000,00
2022.077.38069	Renato Alzug	Prefeitura Municipal De Iacaré	0	100	R\$ 200.000,00
2022.077.38068	Renato Alzug	Prefeitura Municipal De Rosário	0	100	R\$ 290.000,00
2022.077.38067	Renato Alzug	Prefeitura Municipal De Miguelópolis	0	100	R\$ 200.000,00
2022.078.38206	Ricardo Madalena	Prefeitura Municipal De Itabira	0	100	R\$ 200.000,00
2022.079.37880	Ricardo Melão	Prefeitura Municipal De Jaguarina	0	100	R\$ 100.000,00
2022.079.37879	Ricardo Melão	Prefeitura Municipal De Quilô	0	100	R\$ 150.000,00
2022.079.37878	Ricardo Melão	Prefeitura Municipal De Piracicaba	0	100	R\$ 300.000,00
2022.079.37877	Ricardo Melão	Prefeitura Municipal De Rio Claro	0	100	R\$ 150.000,00
2022.079.37876	Ricardo Melão	Prefeitura Municipal De Presidente Paulista	15	85	R\$ 300.000,00
2022.079.37875	Ricardo Melão	Prefeitura Municipal De São Manuel	0	100	R\$ 1.000.000,00
2022.080.35370	Roberto Engler	Prefeitura Municipal De Itapira	0	100	R\$ 250.000,00
2022.080.35372	Roberto Engler	Prefeitura Municipal De Pedregulho	0	100	R\$ 300.000,00
2022.080.35371	Roberto Engler	Prefeitura Municipal De Severina	0	100	R\$ 300.000,00
2022.081.35298	Roberto Moraes	Prefeitura Municipal De Águas De São Pedro	30	70	R\$ 100.000,00
2022.082.37340	Rodrigo Gambale	Prefeitura Municipal De União	15	85	R\$ 100.000,00
2022.082.37339	Rodrigo Gambale	Prefeitura Municipal De Quatana	15	85	R\$ 100.000,00
2022.082.37338	Rodrigo Gambale	Prefeitura Municipal De Macatuba	30	70	R\$ 200.000,00
2022.082.37337	Rodrigo Gambale	Prefeitura Municipal De Itirubá Paulista	15	85	R\$ 100.000,00
2022.082.37336	Rodrigo Gambale	Prefeitura Municipal De Avai	23	77	R\$ 150.000,00
2022.085.38859	Roque Barbieri	Prefeitura Municipal De Americana	0	100	R\$ 500.000,00
2022.085.38860	Roque Barbieri	Prefeitura Municipal De Bento Alegre	0	100	R\$ 400.000,00
2022.085.38861	Roque Barbieri	Prefeitura Municipal De General Salgado	0	100	R\$ 300.000,00
2022.085.38862	Roque Barbieri	Prefeitura Municipal De Jundiaí	0	100	R\$ 300.000,00
2022.085.38863	Roque Barbieri	Prefeitura Municipal De Luziânia	0	100	R\$ 400.000,00
2022.085.38864	Roque Barbieri	Prefeitura Municipal De Reginópolis	0	100	R\$ 200.000,00
2022.085.38865	Roque Barbieri	Prefeitura Municipal De Birigui	10	90	R\$ 1.137.653,50
2022.088.37175	Sergio Victor	Prefeitura Municipal De Mogi Das Cruzes	0	100	R\$ 150.000,00
2022.088.37176	Sergio Victor	Prefeitura Municipal De Campos De Jordão	30	70	R\$ 200.000,00
2022.088.37177	Sergio Victor	Prefeitura Municipal De Presidente Prudente	40	60	R\$ 300.000,00
2022.089.36916	Tenente Coimbra	Prefeitura Municipal De Apucarana	0	100	R\$ 150.000,00
2022.089.36917	Tenente Coimbra	Prefeitura Municipal De Batatas	0	100	R\$ 150.000,00
2022.089.36918	Tenente Coimbra	Prefeitura Municipal De Candido Rodrigues	0	100	R\$ 100.000,00
2022.089.36919	Tenente Coimbra	Prefeitura Municipal De Eborado	0	100	R\$ 100.000,00
2022.089.36920	Tenente Coimbra	Prefeitura Municipal De Capivari	0	100	R\$ 150.000,00
2022.089.36924	Tenente Coimbra	Prefeitura Municipal De Reginópolis	0	100	R\$ 100.000,00
2022.089.36925	Tenente Coimbra	Prefeitura Municipal De Rêver	0	100	R\$ 100.000,00
2022.089.36926	Tenente Coimbra	Prefeitura Municipal De Romélia	0	100	R\$ 100.000,00
2022.089.36927	Tenente Coimbra	Prefeitura Municipal De Registro	0	100	R\$ 100.000,00
2022.089.36928	Tenente Coimbra	Prefeitura Municipal De Botucatu	0	100	R\$ 100.000,00
2022.089.36929	Tenente Coimbra	Prefeitura Municipal De Franco Da Rocha	0	100	R\$ 100.000,00
2022.089.36930	Tenente Coimbra	Prefeitura Municipal De Primavera Deste	0	100	R\$ 100.000,00
2022.089.36931	Tenente Coimbra	Prefeitura Municipal De Capim	0	100	R\$ 150.000,00
2022.089.36932	Tenente Coimbra	Prefeitura Municipal De Rêver	100	0	R\$ 100.000,00
2022.089.36934	Tenente Coimbra	Prefeitura Municipal De Ubatuba	50	50	R\$ 100.000,00
2022.089.36927	Tenente Coimbra	Prefeitura Municipal De São Vicente	100	0	R\$ 100.000,00
2022.089.36921	Tenente Coimbra	Prefeitura Municipal De Itapetininga	0	100	R\$ 150.000,00
2022.089.36922	Tenente Coimbra	Prefeitura Municipal De Nova Odessa	0	100	R\$ 150.000,00
2022.089.36923	Tenente Coimbra	Prefeitura Municipal De Reginópolis	0	100	R\$ 147.653,50
2022.090.37011	Tenente Nascimento	Prefeitura Municipal De Botucatu	0	85	R\$ 119.866,00
2022.090.37007	Tenente Nascimento	Prefeitura Municipal De Aquilândia	10	90	R\$ 160.000,00
2022.090.37008	Tenente Nascimento	Prefeitura Municipal De Jandópolis	20	80	R\$ 100.000,00
2022.090.37009	Tenente Nascimento	Prefeitura Municipal De Piracicaba	30	70	R\$ 350.000,00
2022.090.37010	Tenente Nascimento	Prefeitura Municipal De Carapicuíba	5	95	R\$ 1.667.653,50
2022.093.37700	Valéria Bolsonaro	Prefeitura Municipal De Santa Rita Das Pedras	0	100	R\$ 508.654,00
2022.093.37699	Valéria Bolsonaro	Prefeitura Municipal De Célia Gêni	0	100	R\$ 50.000,00
2022.093.37698	Valéria Bolsonaro	Prefeitura Municipal De Itapetininga	0	100	R\$ 140.000,00
2022.093.37697	Valéria Bolsonaro	Prefeitura Municipal De Santo Antônio Do Passé	20	80	R\$ 90.000,00
2022.093.37696	Valéria Bolsonaro	Prefeitura Municipal De Guaratingatá	30	70	R\$ 500.000,00
2022.093.37695	Valéria Bolsonaro	Prefeitura Municipal De Lemeia	20	80	R\$ 110.000,00
2022.093.37694	Valéria Bolsonaro	Prefeitura Municipal De Campinas	30	70	R\$ 200.000,00
2022.093.37693	Valéria Bolsonaro	Prefeitura Municipal De Jundiaí	20	80	R\$ 100.000,00
2022.093.37692	Valéria Bolsonaro	Prefeitura Municipal De Itapetininga	0	100	R\$ 70.000,00
2022.093.37691	Valéria Bolsonaro	Prefeitura Municipal De Águas De Prata	0	100	R\$ 117.000,00
2022.093.37690	Valéria Bolsonaro	Prefeitura Municipal De Mooca	0	100	R\$ 70.000,00
2022.093.37689	Valéria Bolsonaro	Prefeitura Municipal De Taubaté	50	50	R\$ 200.000,00
2022.093.37688	Valéria Bolsonaro	Prefeitura Municipal De Presidente Prudente	50	50	R\$ 100.000,00
2022.093.37687	Valéria Bolsonaro	Prefeitura Municipal De Cosmópolis	0	100	R\$ 70.000,00
2022.093.37686	Valéria Bolsonaro	Prefeitura Municipal De Pirassununga	0	100	R\$ 100.000,00
2022.093.37685	Valéria Bolsonaro	Prefeitura Municipal De Jaguarina	0	100	R\$ 100.000,00

GOVERNO

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução de 9-5-2022

Designando, Juliana Velho, RG 15.570.875-2, para responder pela Subsecretaria de Ações Governamentais de que trata o inc. II do art. 3º do Dec. 66.016-2021.

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

ATA DE ABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA, REFERENTE À CONCORRÊNCIA 1-2022 PROCESSO SEGOV-PRC 2021-03494, QUE TRATA DA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO DE PROPRIEDADE DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

As 10 horas e 2 minutos do dia 20-04-2022, no Auditório Cambui da Secretaria de Governo, localizado no Palácio dos Bandeirantes, na Avenida Morumbi, 4.500, São Paulo – SP, foi dado início à Sessão de Abertura Pública da Concorrência 1-2022, pelo Presidente da Comissão Especial de Licitação, Carlos Roberto Junqueira Cardoso acompanhado dos respectivos membros Flávia Regina de Barros Jerônimo Coutinho, Gilberto Yukiharu Yogui representando o CRECI-SP com apoio do Conselho do Patrimônio Imobiliário representado pelo José Mario Ianello, Laércio Paulino Simões e ainda representando o Departamento de Administração Giuseppe Angela Maria Cirino de Souza, com a presença pública dos interessados, mantendo as portas abertas da sessão pública e entrada franca para todos a qualquer momento. Sendo devidamente credenciados os participantes e representantes dos licitantes:

1 – Habilitação (caução):

1 – Nestlé Nordeste Alimentos e Bebidas Ltda., CNPJ 08.334.818/0001-52, Transferência Bancária - TED Banco Bradesco nº 20000223486R0022, no valor de R\$ 1.416.000,00;

2 – Proposta – Documentação: Classificação – 1º FASE 1º – Nestlé Nordeste Alimentos e Bebidas Ltda., CNPJ 08.334.818/0001-52, no valor de R\$ 28.500.000,00 com opção de pagamento a vista, com sinal de 50% no valor de R\$ 14.250.000,00.

Analizados os documentos apresentados nos envelopes da Habilitação, Documentos e Proposta de Preço do Concorrente Licitante, foram julgados regulares pelos membros da Comissão Especial de Licitação, declarado habilitados. Sendo declarados vencedores as propostas apresentadas de maior oferta para cada item, com fundamento no subitem 6.7 do Edital:

ITEM 1 – Vendedor: Nestlé Nordeste Alimentos e Bebidas Ltda., CNPJ 08.334.818/0001-52.

Fori ofertado a possibilidade de vistas de toda a documentação apresentada a qualquer momento e aberto a palavra dos licitantes participantes e interessados.

A interposição de recurso deve ser protocolado na sede da Unidade Contratante no prazo de 5 dias úteis a contar da lavratura da presente ata, nos termos do item 7.2 do Edital.

Esta Ata será publicada no Diário Oficial do Estado, lavrando o resultado desta Concorrência Pública, mediante decisão e homologação da autoridade competente, assim como divulgado o resultado de forma permanente no site www.imoveis.sp.gov.br.

Nada mais digno de registro o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, às dez horas e vinte e seis minutos do mesmo dia.

São Paulo, 20 de abril de 2022.

CARLOS ROBERTO JUNQUEIRA CARDOSO

Presidente da Comissão Especial de Licitação da Secretaria de Governo

FLÁVIA REGINA B. J. COUTINHO

Membro da Comissão Especial de Licitação da Secretaria de Governo

GILBERTO YUKIHARU YOGUI

Membro da Comissão Especial de Licitação Representante do CRECI

CHEFIA DE GABINETE

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Despacho do Responsável pela Coordenadoria de Administração, de 6-5-2022

No processo SEGOV-PRC-2022-01261, sobre contratação de empresa especializada no fornecimento de peças para elevador de acessibilidade, instalado no Palácio dos Bandeirantes. “Nos termos do art. 26, da LF 8.666-93, com as alterações posteriores, ratifico a inexigibilidade de licitação para contratação da empresa Basic Elevadores Ltda., decidida pelo Diretor do Departamento de Infraestrutura.”

FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO

CENTRO DE MATERIAL EXCEDENTE

FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO
CENTRO DE MATERIAL EXCEDENTE
COMUNICADO

Relatório de material considerado excedente, elaborado conforme disposto no artigo 6º do Decreto 50.179/68, alterado pelo 05.857/68.

Os órgãos da administração, interessados, deverão encaminhar as requisições para o Centro de Material Excedente, no sistema São Paulo Sem Papel (SEGOV-FUSSP-CMX), no prazo de 30 dias, com as seguintes informações:

data da publicação no Diário Oficial n.º do processo; todas as características do material requisitado com justificativa, obedecendo ao disposto no artigo 10, do Decreto n.º 50.179/68.

O material requisitado deverá ser vistoriado.

Processo SEGOV-PRC-2022/01070

Secretaria da Educação – Centro de Patrimônio

Diretoria de Ensino de Santo Anastácio

SE Alameda Westin Junior

Rua Leonildo Denari, 418 – Centro – Presidente Bernar-

des – SP

Material em bom estado de conservação

Quant. Especificação do material Patrimônio

69 Conjuntos de alunos cadentes e carteiras 2015.33007469

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS

PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE

DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA DE PROCEDIMENTOS E LOGÍSTICA

Despacho de 09/05/2022

Processo 003.444/04 – Protocolo 583.580.2022 – RIBE TRANSPORTES LTDA. – Autorizo, pelos documentos apresentados no presente, a emissão do Certificado de Registro Cadastral da empresa, expedindo-se o Certificado pelo prazo de 1 ano, a contar da data de sua publicação.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE

TRANSITO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA Nº 390 DE 24 DE MARÇO DE 2022.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO a legislação pertinente em vigor, especialmente a Resolução CONTRAN nº 927/22 e a Portaria DETRAN nº 70/2017, que dispõem sobre o credenciamento das entidades que realizam exames de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da permissão e da renovação da Carteira Nacional de Habilitação-CNH;

CONSIDERANDO o cumprimento das exigências legais e técnicas, a teor dos documentos ofertados no Protocolo sem Papel: DTRAN-EXP-2022/15657;

RESOLVE

Artigo 1º AUTORIZAR A MUDANÇA DE ENDEREÇO da entidade GAC – CENTRO INTEGRADO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob nº 32.105.528/0001-11, para a realização dos exames de avaliação psicológica exigidos pela legislação para candidatos à obtenção da permissão e da renovação da Carteira Nacional de Habilitação-CNH, na Rua Antonio Deloigão, Nº 120, Bairro Vila Ana Maria, RIBEIRÃO PRETO/SP.

Artigo 2º O credenciamento é realizado sob a forma de autorização, a título precário e sem ônus para o Estado, podendo ser revogado em função do interesse da Administração.

Artigo 3º O credenciamento deverá ser renovado bianualmente, observando-se todas as exigências legais e técnicas para tanto.

Artigo 4º Revoga-se a Portaria nº 828/18, publicada em 21 de Julho de 2018, que autorizou a realização da atividade no endereço anterior.

Artigo 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA Nº 391 DE 24 DE MARÇO DE 2022.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO a legislação pertinente em vigor, especialmente a Resolução CONTRAN nº 927/22 e a Portaria DETRAN nº 70/2017, que dispõem sobre o credenciamento dos psicólogos que realizam exames de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da permissão e da renovação da Carteira Nacional de Habilitação-CNH;

CONSIDERANDO o cumprimento das exigências legais e técnicas, a teor dos documentos ofertados no PROTOCOLO SEM PAPEL: DTRAN-PRC-2022/26454;

RESOLVE

Artigo 1º AUTORIZAR A MUDANÇA DE ENDEREÇO do (a) psicólogo (a) ANDREA DA SILVA, inscrito (a) no CRP/SP sob nº 06/131.181 para a realização dos exames de avaliação psicológica exigidos pela legislação para candidatos à obtenção da permissão e da renovação da Carteira Nacional de Habilitação-CNH, na Rua Antonio Deloigão, Nº 120, Bairro Vila Ana Maria, RIBEIRÃO PRETO/SP.

Artigo 2º O credenciamento é realizado sob a forma de autorização, a título precário e sem ônus para o Estado, podendo ser revogado em função do interesse da Administração.

Artigo 3º O credenciamento deverá ser renovado bianualmente, observando-se todas as exigências legais e técnicas para tanto.

Artigo 4º A taxa fixada são de 06 (seis) exames diários às terças e sextas-feiras e 00 (zero) exame nos demais dias da semana.

Artigo 5º Os honorários dos exames realizados são fixados em 3.850 UFSP de acordo com o estabelecido no item 4.4, da Tabela “C”, a que se refere o art. 25º, inc.IV, cap. IV do anexo I da Lei nº 15.266, de 26 de dezembro de 2013.

Artigo 6º Revoga-se a Portaria nº 126/21, publicado em 10 de Março de 2021 que autorizou a realização da atividade no endereço anterior.

Artigo 7º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA Nº 395 DE 24 DE MARÇO DE 2022.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e;

Tabela “C”, a que se refere o art. 25º, inc.IV, cap. IV do anexo I da Lei nº 15.266, de 26 de dezembro de 2013.

Artigo 8º Revoga-se a Portaria nº 126/21, publicado em 10 de Março de 2021 que autorizou a realização da atividade no endereço anterior.

Artigo 7º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA Nº 392 DE 24 DE MARÇO DE 2022.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO a legislação pertinente em vigor, especialmente a Resolução CONTRAN nº 927/22 e a Portaria DETRAN nº 70/2017, que dispõem sobre o credenciamento dos psicólogos que realizam exames de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da permissão e da renovação da Carteira Nacional de Habilitação-CNH;

CONSIDERANDO o cumprimento das exigências legais e técnicas, a teor dos documentos ofertados no PROTOCOLO SEM PAPEL: DTRAN-PRC-2022/26569;

RESOLVE

Artigo 1º AUTORIZAR A MUDANÇA DE ENDEREÇO do (a) psicólogo (a) PAULO CESAR GONÇALVES inscrito (a) no CRP/SP sob nº 06/69.720 para a realização dos exames de avaliação psicológica exigidos pela legislação para candidatos à obtenção da permissão e da renovação da Carteira Nacional de Habilitação-CNH, na Rua Antonio Deloigão, Nº 120, Bairro Vila Ana Maria, RIBEIRÃO PRETO/SP.

Artigo 2º O credenciamento é realizado sob a forma de autorização, a título precário e sem ônus para o Estado, podendo ser revogado em função do interesse da Administração.</



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

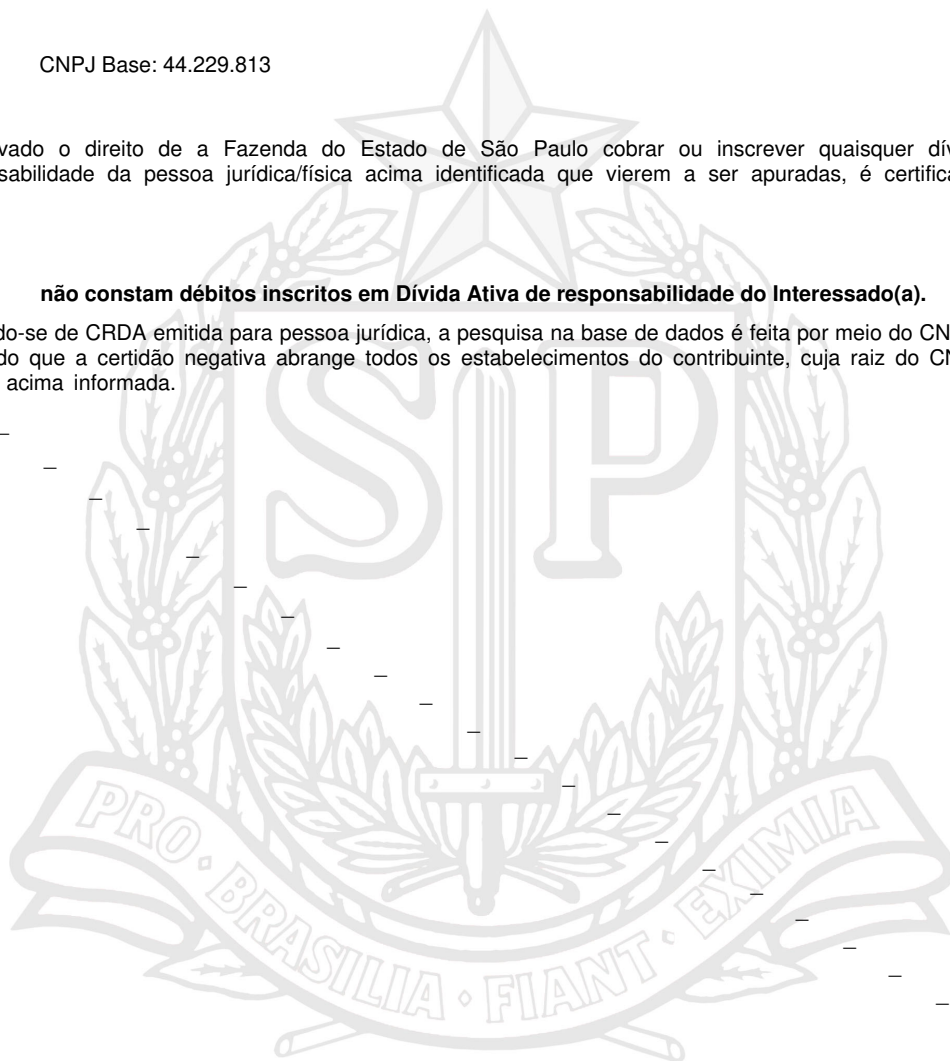
Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 44.229.813

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.



Certidão nº 36316748

Data e hora da emissão 13/05/2022 14:55:34

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>

Folha 1 de 1
(hora de Brasília)



Assinado com senha por: OSCAR ADOLFO SANCHEZ - 13/05/2022 às 16:39:37
Documento N°: 029783A1223188 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/029783A1223188>



CCCAP2022001224DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL

DADOS BANCÁRIOS

Nome Responsável: Prefeitura Municipal de Serrana SP

Data de Abertura da Conta: 09/02/2022

Banco: Banco do Brasil

Nº Agência: 3375-8

Conta: 33886-9

São Paulo, 31 de Maio de 2022

LEONARDO CARESSATO CAPITELI
Prefeito
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANA



Assinado com senha por: LEONARDO CARESSATO CAPITELI - 31/05/2022 às 15:58:31
Documento N°: 029783A1306765 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/029783A1306765>



CCPTA2022000414DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL

DADOS BANCÁRIOS

Nome Responsável: Prefeitura Municipal de Serrana SP

Data de Abertura da Conta: 09/02/2022

Banco: Banco do Brasil

Nº Agência: 3375-8

Conta: 33886-9

São Paulo, 23 de Junho de 2022

LEONARDO CARESSATO CAPITELI
Prefeito
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANA



Assinado com senha por: LEONARDO CARESSATO CAPITELI - 23/06/2022 às 09:02:53
Documento N°: 029783A1440937 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/029783A1440937>



CCPTA2022000466DM



Governo do Estado de São Paulo

ORDEM BANCÁRIA - * PAGAMENTO NORMAL *

Data de Emissão	20MAI2022	Data de Lançamento	20MAI2022
Unidade Gestora	280001 - CASA CIVIL		
Gestão	00001 - ADMINIST. DIRETA		
Número da Ordem Bancária	00445		
Tipo da Ordem	012		

Número da PD	2022PD00456
Número da NL	2022NL00595
Número da OC	

Pagadora/Domicílio Bancário	
Banco	001
Agência	01897
Conta Corrente	013000012

Favorecido/Domicílio Bancário	
CGC/CPF/UG	44229813000123 - PREF. MUNICIPAL DE SERRANA
Gestão	
Banco	001
Agência	03375
Conta Corrente	000338869

Processo	20220364493
Finalidade	EMENDA IMPOSITIVAS
Valor	100.000,00

Evento	Inscrição do Evento	Rec/Desp	Classificação	Fonte	Valor
700603	2022NE00216	33404118		001001001	100.000,00
701977				001001001	100.000,00

Situação: RELACIONADA - NUMERO: 2022RE00088

Lançada por: MARIA DE FATIMA D DE ALMEIDA - 280001 em 20MAI2022 às 15:47

67/164



Assinado com senha por: OSCAR ADOLFO SANCHEZ - 15/07/2022 às 16:49:42
Documento N°: 029783A1542963 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/029783A1542963>



CCCAP2022002023DM



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFEM - 2022NE00216

UG	280101 - GABINETE DO SECRETARIO
Gestão	00001
Data de Emissão	12/05/2022

CNPJ/CPF/UG	44229813-0001/23 - PREF. MUNICIPAL DE SERRANA				
Credor	PREF. MUNICIPAL DE SERRANA				
Endereço	R DR. TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 176 - -				
Cidade	SERRANA	UF	SP	CEP	00000-000

Origem Material	*****
-----------------	-------

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI
400091	28001	04127299022720000	001001001	33404118	280010	000.000.0100

No Processo	20220364493	Acordo	
Tipo de Empenho		Ref Dispensa	ART. 175-A CE
Licitação	09 - INDEPEND. LICIT.	Modalidade	1 - ORDINARIO
Empenho Orig.		Nº Contrato	Nº OC

Valor do Empenho R\$	100.000,00 (CEM MIL REAIS)
----------------------	----------------------------

Cronograma	
Mês	Valor
05	100.000,00

Item:	001	Unidade de Medida	UNID	Quantidade	0001	Preço Unitário	100.000,00	Preço Total	100.000,00
Descrição: EMENDAS IMPOSITIVAS PARAMUNICIPIO DE SERRANA - CUSTEIO									

Total ou Valor a Transportar R\$	100.000,00
Local de Entrega	AV. MORUMBI 4.500
Data de Entrega	13/05/2022

JOEL JOSE PINTO DE OLIVEIRA
041641618/76
Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	683395181 DANIEL LEAO BONATTI - 280101
--------------------------	--





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL

Lorem ipsum **eget urna mollis** ornare vel eu leo. *Cum sociis natoque penatibus* et magnis dis parturient montes, code nascetur ridiculus mus. Nullam id dolor id nibh ultricies vehicula ut id elit. Sed euismod aliquet sapien consequat tincidunt.

Vivamus sagittis lacus vel augue laoreet rutrum faucibus dolor auctor. Duis mollis, est non commodo luctus, nisi erat porttitor ligula, eget lacinia odio sem nec elit. Donec sed odio dui. Sed euismod aliquet sapien consequat tincidunt.

But I must explain to you how all this mistaken idea of denouncing pleasure and praising pain was born and I will give you a complete account of the system, and expound the actual.



Assinado com senha por: OSCAR ADOLFO SANCHEZ - 15/07/2022 às 16:50:13
Documento N°: 029783A1542967 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/029783A1542967>



CCEXT2022000134DM



Governo do Estado de São Paulo

ORDEM BANCÁRIA - * PAGAMENTO NORMAL *

Data de Emissão	20MAI2022	Data de Lançamento	20MAI2022
Unidade Gestora	280001 - CASA CIVIL		
Gestão	00001 - ADMINIST. DIRETA		
Número da Ordem Bancária	00445		
Tipo da Ordem	012		

Número da PD	2022PD00456
Número da NL	2022NL00595
Número da OC	

Pagadora/Domicílio Bancário	
Banco	001
Agência	01897
Conta Corrente	013000012

Favorecido/Domicílio Bancário	
CGC/CPF/UG	44229813000123 - PREF. MUNICIPAL DE SERRANA
Gestão	
Banco	001
Agência	03375
Conta Corrente	000338869

Processo	20220364493
Finalidade	EMENDA IMPOSITIVAS
Valor	100.000,00

Evento	Inscrição do Evento	Rec/Desp	Classificação	Fonte	Valor
700603	2022NE00216	33404118		001001001	100.000,00
701977				001001001	100.000,00

Situação: RELACIONADA - NUMERO: 2022RE00088

Lançada por: MARIA DE FATIMA D DE ALMEIDA - 280001 em 20MAI2022 às 15:47

67/164



Assinado com senha por: OSCAR ADOLFO SANCHEZ - 15/07/2022 às 16:50:30
Documento N°: 029783A1542971 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/029783A1542971>



CCCAP2022002026DM



Câmara Municipal de Serrana

Av. Deolinda Rosa, 1048 – Jardim das Rosas

Serrana/SP - CEP 14.150-000

(16) 3987-1320 / (16) 3987-2268

<https://www.serrana.sp.leg.br> - camara@serrana.sp.leg.br

Serrana, 09 de agosto de 2022.

OFÍCIO CMS Nº 174/2022

Ao

Exmo. Sr. Leonardo Caressato Capiteli

Prefeito Municipal de Serrana

Com nossos atenciosos cumprimentos, em atenção ao disposto na reunião realizada no dia 09 de agosto de 2022, pela Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação, quanto aos **Projetos de Lei Ordinária nº 29, 30 e 31 de 2022, de autoria do Poder Executivo Municipal**, os membros desta Comissão vêm, por intermédio deste, solicitar a Vossa Excelência que se manifeste a respeito da vedação de realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, nos três meses que antecedem o pleito eleitoral, disposta no art. 73, inciso VI, "a", da Lei Federal nº 9.504/97.

Colocamo-nos à inteira disposição para eventuais esclarecimentos.

São os votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.


MARISA LUCIANA DE OLIVEIRA XAVIER

Presidente da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação

#

LA



Câmara Municipal de Serrana

Av. Deolinda Rosa, 1048 – Jardim das Rosas

Serrana/SP - CEP 14.150-000

(16) 3987-1320 / (16) 3987-2268

<https://www.serrana.sp.leg.br> - camara@serrana.sp.leg.br


WALDENOR DE ASSIS SILVA

Relator da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação


LÚCIA ROSA DA SILVA POIARES

Membro da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação